

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXVI • Nº 33

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 20 de fevereiro de 2009

Inaugurado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Unidade, sediada em Brasília, visa aproximar população do mercado de trabalho

A inauguração da primeira das cem escolas técnicas previstas pelo Governo Federal para 2009 foi comemorada, ontem, pela deputada Teresa Leitão (PT). Foram investidos R\$ 5,5 milhões na primeira unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em Planaltina, Brasília. No campus são oferecidos os cursos técnicos de nível médio em Agropecuária, Agroindústria e Guia de Turismo para 450 alunos. “Isso demonstra a prioridade dada ao ensino em nosso País”, disse a petista, destacando sua alegria com a notícia.

O primeiro instituto federal é um dos criados por lei, no ano passado, em todos os Estados do País, a fim de ampliar a aproximação com os trabalhadores e com a realidade



JOÃO BITA

TRIBUNA - Teresa Leitão celebrou iniciativa. Brasil deve contar com 354 escolas semelhantes à de Brasília até 2010

econômica de cada região do Brasil. Para a deputada, essas características colo-

cam os institutos federais no mesmo patamar das universidades federais.

“Com o modelo político-pedagógico inovador, os institutos nasceram conectados

ao mercado de trabalho, focados no arranjo produtivo local de suas regiões. A

lei que criou os institutos ainda determinou que metade das vagas seja destinada a cursos de nível médio integrado à educação profissional”, ressaltou Teresa. Além disso, 20% das vagas serão reservadas para cursos de Licenciatura em Matemática, Física, Química e Biologia, áreas com déficit histórico de professores. Os outros 30% serão para cursos superiores de tecnologia.

Serão construídas 33 unidades no Nordeste, 28 no Sudeste, 16 no Sul, 12 no Norte e 11 no Centro-Oeste. Os institutos federais são fruto da expansão da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Até 2010, segundo o Ministério da Educação (MEC), 354 escolas técnicas estarão em funcionamento no País, totalizando o investimento de R\$ 1,1 bilhão.

Carnaval

Curso ensina como produzir adereços

Aproveitando o período de Carnaval em que o colorido das fantasias e adereços estão enfeitando foliões e ruas da cidade, o Projeto Arte na Biblioteca ofereceu, ontem, aos servidores, na primeira oficina de 2009, o curso de adornos carnavalescos. Para a confecção de colares, pulseiras e arranjos para o cabelo, os alunos utilizaram linha, plástico, emborrachado, canudos, cola

quente, grampos e um gofrador, que dá forma aos desenhos.

“São peças práticas, fáceis e econômicas de confeccionar, além disso, também podem ser feitas com materiais recicláveis”, explicou a professora Nicéia Freitas. A estimativa é que o colar e a pulseira possam ser comercializados a R\$ 1,50 e cada adorno de cabelo, R\$ 3,00. “O preço acessível aos

consumidores não impedem que tenhamos um lucro interessante”, salientou Nicéia.

De acordo com a gerente da Biblioteca, Sirlênia Araújo, este curso nunca tinha sido oferecido. “Os funcionários pediram, nós atendemos. A procura foi grande, mas por questões de espaço, só pudemos contemplar 20 pessoas”, salientou.



JOÃO BITA

DICAS - Biblioteca da Alepe promoveu a aula coordenada por Nicéia Freitas

Atos

ATO Nº 182/09

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista a Resolução nº 855/2008, de acordo com indicação formulada pela Deputada Estadual Terezinha Nunes, e o que foi decidido na reunião da Mesa Diretora do dia 12 de fevereiro de 2009,

RESOLVE: conceder a **MEDALHA DO MÉRITO DEMOCRÁTICO E POPULAR FREI CANECA** à **IGREJA CATÓLICA**, representada pelo Bispo da Diocese de Palmares e Secretário-Geral da CNBB Il Dom Genival Saraiva de França, e à **MAÇONARIA**, representada pelo Soberano Grão Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil Marcos José da Silva.

Sala Torres Galvão, 19 de fevereiro de 2008.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 183/09

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, § 1º, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 22 /2009, do Deputado Augusto Coutinho,

RESOLVE: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhes as gratificações de Representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
BETTINA DA GAMA POGGI DE ALMEIDA	Assessor Especial/PL-ASC	120%
RONI JAIRO DA SILVA ROLIN	Assessor Especial/PL-ASC	0
FÁTIMA MARIA CORREIA DE LIMA	Assessor Especial/PL-ASC	120%
CARLOS FREDERICO ALBERTIM ALECRIM	Assessor Especial/PL-ASC	120%

Sala Torres Galvão, 19 de fevereiro de 2009.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 184/09

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, § 1º, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 0012 /2009, do Deputado Nelson Pereira,

RESOLVE: nomear para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhes as gratificações de Representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
FABIANA MORAES DE SOUZA	Assessor Especial/PL-ASC	0%
LAURINDO NETO CANTARELLI	Assessor Especial/PL-ASC	10%

Sala Torres Galvão, 19 de fevereiro de 2009.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 185/09

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, § 1º, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 017/2009, da Deputada Terezinha Nunes,

RESOLVE: exonerar **AMARO JOSÉ DA SILVA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 19 de fevereiro de 2009.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 186/09

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, § 1º, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 017/2009, da Deputada Terezinha Nunes,

RESOLVE: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhes as gratificações de Representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Antônio Moraes; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Sebastião Rufino; 3º Secretário, Deputado Aglailson Júnior; 4º Secretário, Deputado Manoel Ferreira. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-Geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente-Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Francklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente-Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Coordenador-Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente-Educacional); **Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo,** Cynthia Barreto (Assistente-Chefe); **Auditagem,** Maria Gorete Pessoa de Melo (Auditora-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Carlos Oliveira, João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Felipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Ana Elisa Freire, Anne Queiroz, Elaina Diniz, Isabella Brito, Rafaela Torres Galindo, Renata Santana e Talita Arruda; **Chefe do Departamento de TV,** Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV,** Natália Câmara; **Reportagem:** Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mara Amorim; **Produção:** Solange Mendonça; **Apresentação:** Mônica Alcântara. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dcomunic@alepe.pe.gov.br.



NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
AMARO JOSÉ DA SILVA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	30%
SUMAYA SANTANA BERNARDO XIMENES	Secretário Parlamentar/PL-SPC	99%

Sala Torres Galvão, 19 de fevereiro de 2009.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Atas

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2009 E 30 MINUTOS.

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS IZAÍAS RÉGIS E SEBASTIÃO RUFINO.

AOS 18 (DEZOITO) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2009 (DOIS MIL E NOVE), ÀS 14 (CATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO AUDITÓRIO DO SEXTO ANDAR DO EDIFÍCIO SENADOR NILO COELHO, ANEXO I DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADELMO DUARTE, AGLAILSON JÚNIOR, AIRINHO DE SÁ CARVALHO, ALBERTO FEITOSA, AMAURY PINTO, ANDRÉ CAMPOS, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR FILHO, AUGUSTO COUTINHO, BARRETO, BRINGEL, CARLA LAPA, CARLOS SANTANA, CEÇA RIBEIRO, CIRO COELHO, CLAUDIANO MARTINS, CLODOALDO MAGALHÃES, CORONEL JOSÉ ALVES, DOUTORA NADEGI, EDUARDO PORTO, ELINA CARNEIRO, ERIBERTO MEDEIROS, ESMERALDO SANTOS, EVERALDO CABRAL, GERALDO COELHO, GUILHERME UCHÔA, HENRIQUE QUEIROZ, ISABEL CRISTINA, IZAÍAS RÉGIS, JACILDA URQUISA, LUCIANO MOURA, LUCRÉCIO GOMES, MANOEL FERREIRA, MARCANTÔNIO DOURADO, MAVIAEL CAVALCANTI, MIRIAM LACERDA, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO EURICO, RAIMUNDO PIMENTEL, SEBASTIÃO RUFINO, SÉRGIO LEITE, SOLDADO MOISÉS E TEREZINHA NUNES, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS DILMA LINS, EDSON VIEIRA, ISALTINO NASCIMENTO E TERESA LEITÃO, ENCONTRANDO-SE LICENCIADO O DEPUTADO NELSON PEREIRA DE CARVALHO, NOS TERMOS DO ATO Nº 135/2009, COMO REZA O INCISO V DO ARTIGO 33 DO REGIMENTO INTERNO, NO PERÍODO DE NOVE A VINTE E OITO DO CORRENTE, ABONADAS AS FALTAS VERIFICADAS NESSE INTERIM, TENDO FALTADO O DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO, CONSTATADO O *QUORUM* REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO IZAÍAS RÉGIS, DECLARA ABERTA A REUNIÃO. ATO CONTÍNUO, O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS SEBASTIÃO RUFINO E MIRIAM LACERDA, RESPECTIVAMENTE. LOGO APÓS, O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA À SENHORA SEGUNDA-SECRETÁRIA QUE PROCEDA À LEITURA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA DE ONTEM, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO. DANDO SEGUIMENTO, O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, NELE CONSTANDO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 950/2009, ORIUNDO DO PODER EXECUTIVO, E DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 951/2009, DE AUTORIA DA MESA DIRETORA, COM OS RESPECTIVOS RESUMOS E ENCAMINHAMENTOS. O SENHOR PRESIDENTE PARABENIZA O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES PELO ANIVERSÁRIO, COMPLETADO NO DIA DE HOJE. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE, CONCEDENDO A PALAVRA À DEPUTADA DOUTORA NADEGI, QUE AGRADECE AO INSTITUTO SOS MÃO CRIANÇA PELA REALIZAÇÃO GRATUITA DE CIRURGIAS E MICROCIRURGIAS RECONSTRUTIVAS DESDE O ANO DE DOIS MIL E SEIS POR MEIO DAS MISSÕES HUMANITÁRIAS EM CRIANÇAS NECESSITADAS DE TRATAMENTO NOS MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES. NA SEQUÊNCIA, O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES PARABENIZA OS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA EXIBIÇÃO NO DIA QUINZE DO CORRENTE NA TV UNIVERSITÁRIA DE DOCUMENTÁRIO QUE ABORDOU A HISTÓRIA DO FREVO E TEVE A PARTICIPAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS. CONTINUANDO, LAMENTA AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ARTISTAS PERNAMBUCANOS, ESPECIALMENTE A RESISTÊNCIA DO BANCO DO BRASIL DO PATROCÍNIO DO MUSEU CAPIBA. NA CONTINUIDADE, A DEPUTADA ELINA CARNEIRO COMUNICA QUE FOI REELEITA PRESIDENTA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DAS TERCEIRA E QUARTA SESSÕES LEGISLATIVAS DESTA LEGISLATURA. CONTINUANDO, EXTERNA APOIO À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL QUE PERMITE AO PODER LEGISLATIVO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS RELACIONADOS A QUESTÕES TRIBUTÁRIAS. PROSEGUINDO, DESTACA O ANIVERSÁRIO DE SETENTA E SETE ANOS DA INSTITUIÇÃO DO VOTO FEMININO NO PAÍS, COMEMORADO NO DIA VINTE E QUATRO DO CORRENTE. FINALIZANDO, INFORMOU QUE A COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER SE PRONUNCIARÁ SOBRE O CASO DA SENHORA PAULA OLIVEIRA, SUPOSTAMENTE AGREDIDA NA SUÍÇA POR *SKINHEADS*, QUANDO AS INVESTIGAÇÕES ESTIVEREM CONCLUÍDAS. A SEGUIR, O DEPUTADO ESMERALDO SANTOS DENUNCIA OS PROBLEMAS NA ESTRUTURA FÍSICA DO PRÉDIO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO, RELATANDO QUE NO DIA TREZE DO CORRENTE DUAS PESSOAS QUE ESTAVAM NO LOCAL FORAM FERIDAS COM A QUEDA DO FORRO DE GESSO INSTALADO NO TETO DA INSTITUIÇÃO. CONTINUANDO, ATRIBUI O PROBLEMA À FALTA DE APOIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO. FINALIZANDO, APELA AO PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO QUE MELHORE AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO. EM SEGUIDA, O DEPUTADO PEDRO EURICO DENUNCIA O CONSUMO DE ALCOOL E DROGAS ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES NAS PRÉVIAS DE BLOCOS, BAILES E TROÇAS DE RUA E A OMISSÃO DOS POLICIAIS MILITARES NA COIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS, SOLICITANDO AO GOVERNO DO ESTADO QUE ELABORE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE DROGAS NO CARNAVAL DA CIDADE DO RECIFE. FINALIZANDO, SUGERE QUE O GOVERNO DO ESTADO INSTALE BARREIRAS POLICIAIS NA SAÍDA DOS PRINCIPAIS CORREDORES DA FOLIA COM O OBJETIVO DE SUBMETER MOTORISTAS AO TESTE DO BAFÔMETRO. LOGO APÓS, A DEPUTADA TEREZINHA NUNES DEMONSTRA PREOCUPAÇÃO COM A INÉRCIA DO GOVERNO DO ESTADO FRENTE AOS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA NO ESTADO, CITANDO OS PROBLEMAS ENFRENTADOS POR DIVERSAS EMPRESAS INSTALADAS NO ESTADO, CITANDO A ALCOA, A GM E A BATERIAS MOURA. USA DA PALAVRA O ÚLTIMO ORADOR INSCRITO NO PEQUENO EXPEDIENTE, DEPUTADO SÉRGIO LEITE, QUE COMENTA O DESFILE DO CLUBE DE MÁSCARAS GALO DA MADRUGADA NO CARNAVAL DO ANO CORRENTE, DESTACANDO QUE AS ATRAÇÕES DESTA ANO FORAM APROVADAS POR OITENTA POR CENTO DOS ENTREVISTADOS EM UMA PESQUISA ENCOMENDADA PELA AGREMIÇÃO CARNAVALESCA E RELACIONANDO NOMES DE ARTISTAS DE PERNAMBUCO ENTRE ELAS. ENCERRADO O PEQUENO EXPEDIENTE, O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. SUBMETIDOS AO PLENÁRIO, SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA OS PARECERES DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS Nºs 3172/2008 A 3182/2008, QUE OFERECEM REDAÇÃO FINAL AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nºs 459/2008, 511/2008, 543/2008, 658/2008, 744/2008, 809/2008, 812/2008, 816/2008, 850/2008, 851/2008 e 859/2008, RESPECTIVAMENTE. SUBMETIDO AO PLENÁRIO, É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 946/2009. SUBMETIDO AO PLENÁRIO, É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 548/2008. SUBMETIDO AO PLENÁRIO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 928/2009, DISCUTE-O O DEPUTADO ALBERTO FEITOSA, SENDO APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS AIRINHO DE SÁ CARVALHO E PASTOR CLEITON COLLINS. SUBMETIDOS AO PLENÁRIO, SÃO APROVADOS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nºs 936/2009 e 941/2009. SUBMETIDOS AO PLENÁRIO, SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES Nºs 2736/2009 A 2750/2009 E OS REQUERIMENTOS Nºs 2933/2009 A 2941/2009 e 2943/2009 A 2945/2009. ENCERRADA A ORDEM DO DIA, O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE, CONCEDENDO A PALAVRA AO DEPUTADO CARLOS SANTANA, QUE DENUNCIA O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO DAS PRAIAS DE SERRAMBI E PORTO DE GALINHAS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA, REFERINDO-SE A UMA REPORTAGEM SOBRE O TEMA PUBLICADA NA EDIÇÃO DO DIA DEZESSEIS DO CORRENTE DO JORNAL DO COMERCIO. FINALIZANDO, COBRA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO E DO GOVERNO DO ESTADO QUE TOMEM PROVIDÊNCIAS. O ORADOR É APARTEADO PELOS DEPUTADOS TEREZINHA NUNES, ANDRÉ CAMPOS, ESMERALDO SANTOS, RAIMUNDO PIMENTEL, ALBERTO FEITOSA, MAVIAEL CAVALCANTI E AUGUSTO CÉSAR FILHO. (ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO.) USA DA PALAVRA O ÚLTIMO ORADOR INSCRITO NO PEQUENO EXPEDIENTE, DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO, QUE QUESTIONA OS VALORES DE PAGAMENTOS DE CONTRATAÇÕES DE ARTISTAS DE FORA DO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA O CARNAVAL REALIZADAS PELA FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO – FUNDARPE. FINALIZANDO, ADIANTA QUE APRESENTARÁ PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO GOVERNO DO ESTADO A RESPEITO DESSE TEMA. O ORADOR É APARTEADO PELOS DEPUTADOS TEREZINHA NUNES, ANDRÉ CAMPOS, MAVIAEL CAVALCANTI E AUGUSTO CÉSAR FILHO. ESGOTADA A PAUTA, O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES Nºs 2763/2009 A 2779/2009 E OS REQUERIMENTOS Nºs 2963/2009 A 2966/2009, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, CONFORME SEGUE. PELA DEPUTADA ISABEL CRISTINA APELOS AOS SENHORES GOVERNADOR E SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO NO SENTIDO DE VIABILIZAREM A DESIGNAÇÃO DE DIRETORIA PARA O PRESÍDIO FEMININO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA; AO SENHOR DIRETOR EXECUTIVO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA OI NO SENTIDO DE IMPLANTAR UMA TORRE DE TELEFONIA CELULAR NO DISTRITO DE RAJADA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA; AOS SENHORES GOVERNADOR DO ESTADO E PRESIDENTE DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO NO SENTIDO DE PROVIDENCIAREM A EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA COM POSTEAÇÃO DO DISTRITO DE RAJADA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA; AO SENHOR SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO NO SENTIDO DE VIABILIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA OS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO; AOS SENHORES GOVERNADOR E SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO NO SENTIDO DE VIABILIZAREM A IMPLANTAÇÃO DE UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA NO MUNICÍPIO DE OROCÓ; AOS SENHORES GOVERNADOR E SECRETÁRIO DAS CIDADES DO ESTADO NO SENTIDO DE VIABILIZAREM A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA DA CIDADE NO MUNICÍPIO DE OROCÓ; AOS SENHORES GOVERNADOR DO ESTADO E DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO NO SENTIDO DE VIABILIZAREM A EXTENSÃO DA ADUTORA MARIA COELHO RODRIGUES, SITUADA NO DISTRITO DE RAJADA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA, PARA DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LAJEDO; AO SENHOR GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA OI NO SENTIDO DE VIABILIZAR A INSTALAÇÃO DE TELEFONE PÚBLICO NA LOCALIDADE DE UMBURANA, SITUADA NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM; E AOS SENHORES GOVERNADOR E SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO NO SENTIDO DE VIABILIZAREM O ABASTECIMENTO D'ÁGUA DAS LOCALIDADES DE VENEZA, FAZENDA DOURADO E FAZENDA FLORESTA, SITUADAS NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM. PELA DEPUTADA CEÇA RIBEIRO APELO AO SENHOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR UMA ANÁLISE FÍSICO-

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

QUÍMICA DA ÁGUA DO RIO ARATACA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE IGARASSU. PELO DEPUTADO AIRINHO DE SÁ CARVALHO APELOS AOS SENHORES GOVERNADOR E SECRETÁRIOS DE SAÚDE E DAS CIDADES DO ESTADO NO SENTIDO DE PROVIDENCIAREM A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ACADEMIA DA CIDADE NOS MUNICÍPIOS DE CARNAUBEIRA DA PENHA, CEDRO, SERRITA, TERRA NOVA E VERDEJANTE. PELO DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR CÍCERO PEREIRA DE AMARAL. PELO DEPUTADO ALBERTO FEITOSA REQUERIMENTOS DE TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DESTA CASA DO ARTIGO “PERNAMBUCO NA COPA DE 2014”, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL INOCÊNCIO OLIVEIRA, E DO EDITORIAL “CERCO DE DROGAS A ESCOLAS”, PUBLICADOS NAS EDIÇÕES DO DIA QUINZE DO CORRENTE DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO E JORNAL DO COMMERCI; E VOTO DE CONGRATULAÇÕES COM O SENHOR CORONEL ROBSON ROGER GARCIA TAVARES DE MELO PELA ASSUNÇÃO DO COMANDO DA BASE AÉREA DO RECIFE. PELO DEPUTADO EDUARDO PORTO APELOS AO SENHOR SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO NO SENTIDO DE PROMOVER CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA OS PROFESSORES DE LETRAS E CURSO DE PRIMEIROS-SOCORROS PARA TODOS OS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. O SENHOR PRESIDENTE DEFERE OS REQUERIMENTOS, DE AUTORIA DO DEPUTADO ALBERTO FEITOSA, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO PLENÁRIA EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO ÀS CATORZE HORAS DO DIA DE AMANHÃ E DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO NA SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 951/2009. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO, CONVOcando A SEGUINTE, EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, PARA AS DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS DO DIA DE HOJE.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2009 E 40 MINUTOS.

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO IZAÍAS RÉGIS.

AOS 18 (DEZOITO) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2009 (DOIS MIL E NOVE), ÀS 18 (DEZOITO) HORAS E 40 (QUARENTA) MINUTOS, NO AUDITÓRIO DO SEXTO ANDAR DO EDIFÍCIO SENADOR NILO COELHO, ANEXO I DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADELMO DUARTE, AGLAILSON JÚNIOR, AIRINHO DE SÁ CARVALHO, ALBERTO FEITOSA, AMAURY PINTO, ANDRÉ CAMPOS, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR FILHO, AUGUSTO COUTINHO, BARRETO, BRINGEL, CARLA LAPA, CARLOS SANTANA, CEÇA RIBEIRO, CIRO COELHO, CLAUDIANO MARTINS, CLODOALDO MAGALHÃES, CORONEL JOSÉ ALVES, DOUTORA NADEGI, EDUARDO PORTO, ELINA CARNEIRO, ERIBERTO MEDEIROS, ESMERALDO SANTOS, EVERALDO CABRAL, GERALDO COELHO, GUILHERME UCHÔA, HENRIQUE QUEIROZ, ISABEL CRISTINA, IZAÍAS RÉGIS, JACILDA URQUISA, LUCIANO MOURA, LUCRÉCIO GOMES, MANOEL FERREIRA, MARCANTÔNIO DOURADO, MAVIAEL CAVALCANTI, MIRIAM LACERDA, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO EURICO, RAIMUNDO PIMENTEL, SEBASTIÃO RUFINO, SÉRGIO LEITE, SOLDADO MOISÉS E TEREZINHA NUNES, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS DILMA LINS, EDSON VIEIRA, ISALTINO NASCIMENTO E TERESA LEITÃO, ENCONTRANDO-SE LICENCIADO O DEPUTADO NELSON PEREIRA DE CARVALHO, NOS TERMOS DO ATO Nº 135/2009, COMO REZA O INCISO V DO ARTIGO 33 DO REGIMENTO INTERNO, NO PERÍODO DE NOVE A VINTE E OITO DO CORRENTE, ABONADAS AS FALTAS VERIFICADAS NESSE ÍTERIM, TENDO FALTADO O DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO, CONSTATADO O *QUORUM* REGIMENTAL. O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO IZAÍAS RÉGIS, DECLARA ABERTA A REUNIÃO. ATO CONTÍNUO, O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. SUBMETIDO AO PLENÁRIO, É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 548/2008. SUBMETIDO AO PLENÁRIO, É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 928/2009, CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS AIRINHO DE SÁ CARVALHO E PASTOR CLEITON COLLINS. SUBMETIDOS AO PLENÁRIO, SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 936/2009 E 941/2009. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO, CONVOcando A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, PARA AS DEZ HORAS DO DIA DE AMANHÃ.

Expediente

DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2009.

EXPEDIENTE

PARECERES NºS 3203, 3204, 3205 E 3206 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos de Lei nºs 548, 928, 936 e 941.
A Imprimir.

PARECER Nº 3207 - DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL opinando favorável ao Projeto de Lei nº 548.
A Imprimir.

PARECER Nº 3208 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER opinando favorável ao Projeto de Lei nº 943.
A Imprimir.

Mensagem

MENSAGEM nº 001/2009

Recife, 18 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

1. Na conformidade da regra editada no art. 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição da República, c/c o art. 48, inciso V, alínea “c”, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada deliberação desse augusto Poder Legislativo o anexo projeto de lei, que introduz algumas modificações na estrutura organizacional interna da Corregedoria Geral da Justiça.

2. A Corregedoria Geral da Justiça é o órgão responsável pela fiscalização, controle, orientação forense e disciplina dos magistrados da primeira instância, dos serviços auxiliares da justiça das primeira e segunda instâncias, dos Juizados Especiais e dos serviços públicos delegados. Como tal, carece ser redimensionada, à medida em que o Judiciário e os seus serviços auxiliares se expandem e as demandas o exigem.

3. As atividades-fim da Corregedoria estavam distribuídas entre a Assessoria Especial, a Assessoria Judiciária, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção -CEJA e 06 (seis) Corregedorias Auxiliares, a saber:

- (i) Corregedoria Auxiliar da 1ª Região (Mata-norte e parte do Agreste), que fiscaliza 75 (setenta e cinco) varas em 37 (trinta e sete) comarcas;
- (ii) Corregedoria Auxiliar da 2ª Região (Mata-sul e parte do Agreste), que fiscaliza 58 (cinquenta e oito) varas em 33 (trinta e três) comarcas;
- (iii) Corregedoria Auxiliar da 3ª Região (Sertão), que fiscaliza 50 (cinquenta) varas em 35 (trinta e cinco) comarcas;
- (iv) Corregedoria Auxiliar da 4ª Região (Sertão e parte do Agreste), que fiscaliza 65 (sessenta e cinco) varas em 42 (quarenta e duas) comarcas;
- (v) Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância, que fiscaliza 86 (oitenta e seis) varas na Capital;
- (vi) Corregedoria Auxiliar do Extrajudicial, responsável pela fiscalização de 498 (quatrocentos e noventa e oito) cartórios em todo o Estado.

4. O Provimento nº 34, aprovado pelo Conselho da Magistratura, em 16 de outubro de 2008, alterou o Provimento nº 2/2006, que dispõe sobre o Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, criando mais 01 (uma) Corregedoria Auxiliar para o Extrajudicial e dividindo as competências respectivas entre a (i) Corregedoria Auxiliar para os Serviços Notariais e de Registro do Interior e a (ii) Corregedoria Auxiliar para os Serviços Notariais e de Registro da Capital, sabido que compete à última as funções consultiva e de assessoramento ao Corregedor-Geral, no âmbito da atividade regulatória e normativa da atividade notarial e de registro.

5. O quadro funcional da Corregedoria, composto por aproximadamente 70 (setenta) servidores, encontra-se, de há muito, defasado e não comporta o irrefreável aumento da demanda. Vale frisar que muitos servidores têm-se desdobrado nas funções de chefia e coordenação de núcleos de trabalho sem perceber gratificação equivalente, visto que o atual quadro compreende apenas sete funções gratificadas.

6. Merece ênfase a imperiosa necessidade de promoção das Corregedorias Auxiliares para os Serviços Notariais e de Registro, quer pela sua extensão, quer pelo caráter de fiscal da arrecadação, atuando, por assim dizer, como uma verdadeira “secretaria da fazenda” do Poder Judiciário. De tal forma que se fez imprescindível que suas atribuições passassem a ser exercidas por 02 (dois) Juizes Corregedores, faltando agora aparelhar a Corregedoria Auxiliar recém-criada com as equipes de trabalho.

Para tanto, justifica-se a criação de mais 01 (um) cargo comissionado de Escrivão e do incremento das funções gratificadas.

7. Desse modo, é premente que o organograma e os quadros de funções gratificadas e cargos comissionados sejam adaptados às reais condições do serviço, a fim de promover a necessária **reestruturação administrativa da Corregedoria** e a devida **valorização do servidor**.

8. Ressalte-se, por fim, que as alterações propostas implicam **baixo impacto financeiro**, podendo ser implementadas com a urgência que se impõe.

9. Confiante no acolhimento e apoio dessa Casa à presente proposição, renovo a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2009.

Des. JONES FIGUEIRÉDO ALVES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **GUILHERME UCHÔA**
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Nesta

Projeto de Lei Ordinária Nº 954/2009

Ementa: Altera a estrutura organizacional interna da Corregedoria Geral da Justiça, criando cargo de provimento em comissão, instituindo e extinguindo funções gratificadas, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As Corregedorias Auxiliares para o Extrajudicial ficam divididas em Corregedoria Auxiliar para os Serviços Notariais e de Registro da Capital e Corregedoria Auxiliar para os Serviços Notariais e de Registro do Interior, nos termos do Provimento nº 34, aprovado pelo Conselho da Magistratura, em 16 de outubro de 2008.

Art. 2º Fica criado 1 (um) cargo comissionado de Escrivão para a Corregedoria Auxiliar para os Serviços Notariais e de Registro da Capital.

Art. 3º Ficam extintas as seguintes funções gratificadas:

I - 1 (uma) função gratificada de Chefe do Núcleo de Vitaliciamento dos Magistrados;

II - 1 (uma) função gratificada de Chefe da Seção de Assessoramento Técnico;

III - 1 (uma) função gratificada de Chefe de Apoio ao Extrajudicial.

Art. 4º Ficam criadas as seguintes funções gratificadas:

I – 6 (seis) funções gratificadas de Chefe da Seção de Apoio à Atividade Correicional, FGJ-2;

II – 1 (uma) função gratificada de Chefe da Seção de Apoio Administrativo, FGJ-2;

III – 2 (duas) funções gratificadas de Assistente Técnico da Assessoria Especial, FGJ-2;

IV – 1 (uma) função gratificada de Chefe de Cerimonial, FGJ-2;

V – 2 (duas) funções gratificadas de Chefe da Divisão de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro, FGJ-1;

VI - 2 (duas) funções gratificadas de Chefe da Seção de Movimentação Interna e Processamento de Informações dos Serviços Notariais e de Registro, FGJ-2.

Art. 5º O quadro de funções gratificadas passa a ser o constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO

Quadro de Funções Gratificadas da Corregedoria Geral da Justiça

FUNÇÃO GRATIFICADA	SÍMBOLO	QUANTITATIVO	VALOR	LOTAÇÃO
Chefe da Seção de Apoio à Atividade Correicional	FGJ-2	7	R\$ 605,00	1 (uma) em cada Corregedoria Auxiliar
Chefe da Divisão Administrativa Judiciária	FGJ-1	1	R\$ 847,00	Divisão Administrativa Judiciária
Chefe da Seção de Estatística	FGJ-2	1	R\$ 605,00	Divisão Administrativa Judiciária
Chefe da Seção de Protocolo e Expedição	FGJ-2	1	R\$ 605,00	Seção de Protocolo e Expedição
Chefe da Seção de Apoio Administrativo	FGJ-2	2	R\$ 605,00	1 (uma) na Seção de Apoio Administrativo do Corregedor e 1 (uma) na Seção de Apoio Administrativo da Secretaria Geral
Assistente Técnico da Assessoria Especial	FGJ-2	2	R\$ 847,00	Assessoria Especial
Chefe da Divisão de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro	FGJ-1	2	R\$ 847,00	1 (um) para cada uma das Corregedorias Auxiliares dos Serviços Notariais e de Registro
Chefe da Seção de Movimentação Interna e Processamento de Informações da Corregedoria Auxiliar dos Serviços Notariais e de Registro	FGJ-2	2	R\$ 605,00	1 (um) para cada uma das Corregedorias Auxiliares dos Serviços Notariais e de Registro
Chefe de Cerimonial	FGJ-2	1	R\$ 605,00	Seção de Cerimonial

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2009.

Des. JONES FIGUEIRÉDO ALVES
Presidente

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Projeto

Projeto de Lei Ordinária Nº 952/2009

Ementa: Denomina de Escola Miguel Arraes de Alencar a futura instalação da Escola de Nível Médio do Município de Dormentes/PE.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado "Escola Miguel Arraes de Alencar" a futura instalação da Escola de Nível Médio do Município de Dormentes/PE.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

Venho propor que seja denominada "ESCOLA MIGUEL ARRAES DE ALENCAR" a Escola de nível médio que será construída em Dormentes/PE, por achar que esse nome representa o anseio da população, que considera esse mito, um precursor nos investimentos em educação no estado de Pernambuco, através da democratização das ações culturais e educacionais e também para homenagear esse grande homem que dedicou sua vida em prol de combater as injustiças sociais, nos seus cinquenta anos de vida pública.

Essa justa homenagem ao saudoso ex-Governador MIGUEL ARRAES DE ALENCAR vem coarar a sua passagem nesse pedaço de sertão, região que ainda recorda as suas ações e que tem nas novas iniciativas uma referência ao que ele iniciou, ao trabalho desse Advogado, Economista e Político Brasileiro, que durante toda a sua trajetória deteve rara sensibilidade e buscou a pluralidade de perspectivas para atender às camadas mais pobres, buscando sempre novos caminhos na defesa dos interesses dessa camada, dando forte apoio à criação de sindicatos, associações comunitárias e às ligas camponesas.

A carreira política de Miguel Arraes foi marcante não só em Pernambuco, tendo sido uma personalidade de destaque no cenário nacional e que continua sendo lembrado pela incessante luta em preservar a dignidade do seu povo, essa gente tão sofrida, que ainda hoje o aplaude e o destaca como defensor de tantas famílias nordestinas, castigadas pelas injustiças sociais.

Faço minhas as palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que na ocasião da morte do ex-Governador, descreveu ARRAES como uma das maiores lideranças das lutas populares que marcaram a segunda metade do século XX no Brasil.

Bibliografia

MIGUEL ARRAES DE ALENCAR

Nascido em Araripe, Ceará, no dia 15 de dezembro de 1916, Miguel Arraes de Alencar é o sétimo filho de Maria Benigna Arraes de Alencar e José Almino de Alencar e Silva, pequenos agricultores do Sertão cearense.

Deputado Estadual, Prefeito de Recife, Deputado Federal e três vezes Governador do Estado, projetou-se nesta trajetória como uma das mais proeminentes personalidades da política do Nordeste e do Brasil no século XX e início do atual.

Ainda muito jovem, mudou-se para o Crato, onde concluiu o ensino médio. Em 1934, aos 17 anos, foi aprovado no Vestibular da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (Atual UFRJ), no Rio de Janeiro. Aprovado simultaneamente em concurso público de Escriturário do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), foi lotado em Recife, para cuja Faculdade de Direito conseguiu transferência, formando-se em 1937.

No ano seguinte à posse no IAA, foi promovido a Assistente do Diretor de Fiscalização, cargo em que permaneceu até 1941, quando passou a Chefe de Secretaria, ascendendo em 1943 a Delegado Regional, posto que deixou em 1947, para assumir a Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco a convite do então governador Barbosa Lima Sobrinho, com quem trabalhara no instituto.

Casou-se em setembro de 1944 com Célia de Souza Leão, tendo com ela oito filhos. Viúvo em 1961, contrai novas núpcias em 1962 com Magdalena Fiúza, com quem teve mais dois filhos.

Eleito deputado estadual pelo PSD em 1950. Em 1959 assume novamente a Secretaria da Fazenda, agora no Governo Cid Sampaio, vencendo no mesmo ano as eleições para a Prefeitura de Recife, lançado pela chamada "Frente do Recife", coligação de forças de orientações diversas, aglutinadas em torno do ideário de desenvolvimento que permeia os anos 60 no Brasil e no Mundo, significativamente proclamados pelas Nações Unidas a "Primeira Década para o Desenvolvimento".

É precisamente a partir da administração de Recife que Arraes passa a projetar a imagem de político do povo; de homem que atua em prol das maiorias sem voz. Do sentido de desenvolvimento fincado nas próprias raízes e construído a partir do próprio esforço, flui o chamado à consciência das multidões, secularmente tidas à margem, para que também possam transformar-se em sujeitos do esforço de construção nacional.

Dai a ênfase da administração Arraes na criação de um amplo movimento de educação e cultura, contemplando extraordinária ofensiva de alfabetização de crianças e adultos, na dinâmica perspectiva do método Paulo Freire. Em 1960, começaria efetivamente a funcionar o Movimento de Cultura Popular,

plasmando aspirações e acalentadas por intelectuais, estudantes e o povo do Recife. Visava o MCP difundir as manifestações da arte popular regional bem como potencializar o esforço de alfabetização, criando para tanto um sistema de núcleos em favelas e bairros pobres.

Procurava, por outro lado, vincular de várias maneiras o povo, mesmo quando analfabeto, à produção do ambiente universitário, no intuito de elevar o nível cultural da massa, ampliando seu horizonte de compreensão quanto ao sentido e necessidade da profissionalização; da pesquisa científica e do desenvolvimento da cultura.

Eleito governador pela primeira vez em 1962, com quase 50 % dos votos, pelo Partido Social Trabalhista (PST), com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD), em memorável discurso de posse no dia 31 de janeiro de 1963, Arraes anuncia ao povo de Pernambuco, "com rudeza de nordestino e orgulho de ser brasileiro", o sentido do governo que se propõe a conduzir.

Revolucionárias, tanto em termos pernambucanos como no contexto do país, refletem suas palavras o espírito do tempo, firmes os pés na realidade a cuja transformação já vinha se dedicando de corpo e alma desde a prefeitura do Recife.

Denuncia em particular dois mitos, sutis meias verdades como tendem a ser, em qualquer época, os modismos "politicamente corretos". Assinala inicialmente que a industrialização por si mesma não poderia ser, sobre uma base social retrógrada, cujo problema central era ainda a questão agrária, a panacéia defendida com evidente má fé por defensores do status quo. Associado a este, outro maior ainda, comprovadamente falso ao longo da história: o de que a industrialização somente poderia ocorrer com a ajuda do capital estrangeiro...

Obra magistral deste primeiro mandato, reconhecida até por críticos e adversários, foi o chamado "Acordo do Campo", que conseguiu reunir em torno de uma mesma mesa governo, usineiros e trabalhadores rurais, introduzindo, com vinte anos de atraso, os direitos trabalhistas no meio rural. Que nos quatorze meses a que foi reduzido seu primeiro mandato de governador pelo movimento militar de 1º de abril de 1964, e no ambiente de acirrada polarização então predominante, tal acordo tenha sido possível, bem como tantas outras iniciativas no sentido do desenvolvimento social, dizem da força moral de Arraes; do respeito que invariavelmente suscitava; de sua clareza de objetivos, e da lucidez que o colocava acima de partidos e facções e sobretudo acima de estereis clichês e vãs teorizações.

Com o golpe militar de 1964, tropas do IV Exército cercaram o Palácio das Princesas, sede do governo estadual, sendo-lhe proposto renunciar ao cargo para evitar a prisão, o que prontamente recusou para, em suas palavras, "não trair a vontade dos que o elegeram". Em consequência, foi preso na tarde do dia 1º de abril de 1964.

Deposto, fora levado para a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu por onze meses. Na seqüência, passou também pelas prisões da Companhia da Guarda e do Corpo de Bombeiros, no Recife, e da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Libertado por habeas corpus e orientado por seu advogado a exilar-se, sob pena de voltar a ser preso caso permanecesse no Brasil, solicitou asilo político à Argélia, para onde seguiu pouco depois. Durante o exílio, foi condenado à revelia, pelo Conselho Pernambucano de Justiça da 7ª Região Militar, à pena de 23 anos de prisão pelo crime de "subversão".

Em 1979, com a anistia aos presos e exilados políticos, Miguel Arraes volta ao Brasil e à política. Mais de 60 mil pessoas estiveram presentes no largo de Santo Amaro, em Recife, para o comício de boas vindas. Elegeu-se deputado federal em 1982 pelo PMDB, sendo o mais votado do Norte e Nordeste. Em 1986, ainda pelo PMDB, vence as eleições para governador de Pernambuco, conquistando 53,5% dos votos.

Filia-se em 1990 ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo qual foi eleito naquele ano o deputado federal mais votado do Brasil. Em 1994, aos 78 anos, novamente saiu vitorioso em uma eleição, ganhando o terceiro mandato de governador de Pernambuco.

Como presidente do Partido Socialista Brasileiro desde 1993, trabalhou intensamente pela sua consolidação, procurando fazer dele verdadeiro instrumento de transformação social e defesa dos interesses estratégicos do país.

Diplomas:

Gratidão, CM, São Paulo, SP, 1984; Comemorativo dos 20 anos de Fundação, LAFEPE, Recife, PE, 1985; Associação Brasil - Chile de Amizade em Pernambuco, Recife, PE, 1987; Sócio Benemérito, Federação Carnavalesca Pernambucana, Recife, PE, 1990; I Festival Nacional de Cinema de Recife, PE, 1997. Diploma do Mérito Pedro Ernesto, CM, Rio de Janeiro, RJ, 1992;

Medalhas:

Anchieta, CM, São Paulo, SP, 1984; Comemorativa Rodrigo Melo Franco de Andrade, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1987; Comemorativa do Centenário, Corpo de Bombeiros, Recife, PE, 1987; Conselheiro João Alfredo de Oliveira, TRT, Recife, PE, 1988; Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, Colar de Alta Distinção, Tribunal de Justiça, Recife, PE, 1988 Comemorativa da Inauguração do Ginásio de Esportes, Clube Português, Recife, PE, 1989; Tiradentes, ALRJ, Rio de Janeiro, 1992; Ouro dos 140 anos de Fundação, Hospital Português de Beneficência, Recife, PE, 1995; Joaquim Nabuco, CM, Recife, PE, 1995; Comemorativa dos 15 anos, CELPOS, Recife, PE, 1996; Mérito, Classe Ouro, Ministério Público, Recife, PE, 1996; Ordem do Mérito dos Palmares, Cavaleiro, Governo do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 1999.

Ordens:

Mérito Capibaribe, Grão-Cruz, Prefeitura Municipal, Recife, PE, 1985; Mérito Militar, Grande-Oficial, Exército Brasileiro, Recife, PE, 1995; Mérito Aeronáutico, Grande-Oficial da Ordem, MAer, Recife, PE, 1995; Mérito Renascença do Piauí, Grã-Cruz, Governo do Estado do Piauí, Parnaíba, PI, 2001.

Títulos:

1985: Cidadania, Arcoverde. 1986: Jaboatão dos Guararapes, Petrolina, Bonito e Saloá. 1987: Cidadão da Música Popular Nordestina, PE, 1987. 1989: São Lourenço da Mata 1993: Itapetim, Vitória de Santo Antão, Tracunhaem, Itapissuma, e Itaquitinga 1994: Agrestina e Santa Cruz do Capibaribe 1995: Riacho das Almas 1997: Lagoa do Carro 1998: Lajedo, Palmares, Quipapá e Chã de Alegria, Prefeitura Municipal, PE;

Placa:

Homenagem dos Diretores e Funcionários, COMPESA, Recife, PE, 1998.

Colar e Medalha:

Libertas Quae Sera Tamen, Governo de Minas Gerais, Ouro Preto, MG, 1999

Outras Condecorações Personalidades das Águas Subterrâneas, Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, Recife, PE, 2001.

Diante do exposto solicito aos nobres pares desta Casa Legislativa a APROVAÇÃO do projeto em tela.

Sala das Reuniões, em 17 de fevereiro de 2009.

Isabel Cristina
Deputada

Às 1ª , 3ª e 5ª Comissões.

Propostas

Proposta nº 23

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições na forma do previsto na Alínea "a", inciso I do Art. 63, do Regimento Interno, submete ao Plenário:

Projeto de Resolução Nº 951/2009

Qualquer matéria de natureza regimental

Ementa: Altera a redação da Resolução nº 905/2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º O inciso VIII do Art. 68 e o Parágrafo Único do Art. 58 da Resolução nº 905/2008 passam a ter a seguinte redação:

“Art. 64.”

I – *Omissis*

XII – nomear, promover, comissionar, designar para exercer função gratificada, exonerar, demitir e aposentar servidores da Assembleia;

.....”

“Art. 58. Os Líderes e Vice-Líderes terão percentuais de acréscimo na estrutura de seus gabinetes, no que se refere à lotação de pessoal, na forma seguinte:

.....”

Parágrafo Único. Os Líderes e Vice-Líderes do Governo e da Oposição terão acréscimo na estrutura de seus gabinetes, no que se refere à lotação de pessoal, (70%) setenta por cento para o Líder e (50%) cinquenta por cento para os dois Vice-Líderes;

“Art. 68.”

I - *Omissis*

.....”

VIII – conceder aos servidores licenças;

.....”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

A presente alteração é necessário para ajustar procedimentos administrativos no tocante a uma melhor condução dos trabalhos desenvolvidos pela Assembleia Legislativa. Pelos Motivos acima exposto, apresentamos o presente Projeto de Resolução.

Sala das Reuniões, em 18 de fevereiro de 2009.

Mesa Diretora

Deputado Guilherme Uchoa - Presidente
Deputado Izaías Régis - 1º Vice - Presidente
Deputado Antônio Moraes - 2º Vice - residente
Deputado Sebastião Rufino - 2º Secretário
Deputado Aglailson Júnior - 3º Secretário

Às 1ª e 15ª Comissões.

REPUBLICADA

Proposta nº 24

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições na forma do previsto no inciso X do Art. 63, do Regimento Interno, submete ao Plenário:

Projeto de Lei Ordinária Nº 953/2009

Ementa: Altera a redação da Lei nº 13.391, de 27 de dezembro de 2007.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O Título do Capítulo III; o Parágrafo Único do Art. 5º; o *caput* e inciso III do Art. 6º; os incisos I e II do Art. 8º; o Art. 11; o inciso VII e §1º do Art. 12; o *caput* do Art. 13; os Arts. 16, 20, 22; o *caput* do Art. 24; os Arts. 25, 26 e 28; o Título da Seção I do Capítulo VIII; e o Art. 44 da Lei nº 13.391/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO III DOS MEMBROS DO ALEPEPREV”

“Art. 5º

.....”

Parágrafo Único. O participante e seus dependentes em gozo de benefício serão denominados de assistidos.”

“Art. 6º Poderá figurar como Participante do ALEPEPREV:

I - *Omissis*

II -

III – a Pessoa Física inscrita no plano que mantenham vínculo empregatício com a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, excetuando-se os servidores titulares de cargo efetivo nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e

.....”

“Art. 8º

I - o cônjuge ou companheiro (a); e

II - o filho não emancipado até 21 anos ou inválido, aos quais se equiparam filho adotivo e enteados.”

“Art. 11. Resolução da Assembleia aprovará os respectivos planos de custeio e de benefícios, o qual deverá ser elaborado por consultoria atuarial especializada, com observância às disposições legais das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001.”

“Art. 12.”

.....”

VII - atender a todos os requisitos exigidos pelo regulamento do Plano e pela legislação vigente.

“Art. 1º Os parlamentares que se elegerem após a vigência desta Lei bem como os servidores que forem admitidos também após a vigência desta Lei ficam sujeitos à carência de 60 (sessenta) meses de contribuição para o plano, além dos demais requisitos previstos nos incisos I, II, III, IV, VI e VII do *caput*.

§2º

“Art. 13. Para os benefícios decorrentes de invalidez permanente e morte, o regulamento do plano deverá assegurar a contratação, através de uma sociedade seguradora autorizada a funcionar no país, um capital destinado a cobrir os riscos atuariais.

.....”

“Art. 16. Cessa o pagamento do benefício de renda mensal de pensão por morte em relação ao cônjuge ou companheiro (a) que contrair núpcias ou constituir nova união estável, bem como o filho ou filha que atingir a idade prevista no inciso II do artigo 8º.”

“Art. 20. A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco contribuirá em valores iguais aos previstos no artigo 18 para os participantes com vínculo com a patrocinadora, respeitadas as limitações legais.”

“Art. 22. Será assegurado pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco aos Deputados Estaduais no exercício de mandato na data de publicação desta Lei, para fins de benefícios, o custeio do tempo de mandato eletivo retroativo, no máximo, até 01 de junho de 2001, sendo computados os anos ininterruptos ou não, denominado serviço passado, conforme plano de custeio elaborado por consultoria.”

“Art. 24. Será assegurado, pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, ao Servidor Público não Efetivo no exercício de

suas atividades na data de vigência desta lei, para fins de benefícios, o custeio do tempo de serviço anterior a sua inscrição no plano, prestado ao legislativo na qualidade de empregado, denominado também como serviço passado, no máximo, até 01 de junho de 2001, sendo computados os meses ininterruptos, desde que este promova sua inscrição no mesmo prazo previsto no artigo 23.”

“Art. 25. O valor das obrigações atuariais do serviço passado correspondente ao mandato eletivo previsto no artigo 22 e ao tempo de serviço anterior do empregado previsto no artigo 24, será integralizado, acrescido da contribuição administrativa com taxa de até 15% (quinze por cento), na forma estabelecida em Nota Técnica Atuarial elaborada por consultoria atuarial especializada, pelo Poder Legislativo.”

“Art. 26. A despesa administrativa da entidade será custeada pela Patrocinadora e pelos participantes e assistidos, conforme alíquota definida no Plano de Custeio anual, incidente sobre o subsídio do parlamentar e sobre a remuneração do servidor.”

“Art. 28. Os recursos disponíveis do plano serão aplicados em inversões rentáveis, na forma da política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.”

“CAPÍTULO VIII DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I DA ESTRUTURA DO ALEPEPREV”

“Art. 44. O Plano Previdenciário terá previsão no orçamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 2008, e correrão por conta da dotação orçamentária própria, constante da ação 2844 – Previdência Parlamentar, na natureza da despesa 31.90.13 – Obrigações Patronais, para a instituição do disposto nesta Lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o inciso IX do Art. 18, Parágrafo Único do Art. 20 e Parágrafo Único do Art. 24 da Lei nº 13.391/2007.

Justificativa:

A presente proposta tem por finalidade atender ajustes regulamentares solicitados através do Ofício nº 4.323, da Diretoria de Análise Técnica do Ministério da Previdência Social, bem como tornar o Fundo do ALEPEPREV compatível com as disposições da Legislação aplicável, em conformidade com o estabelecido no art. 40 e §§14º e 15º c/c art. 202, §4º, todos da Constituição Federal, tendo como parâmetro as Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001.

Sala das Reuniões, em 19 de fevereiro de 2009.
Mesa Diretora
Deputado Guilherme Uchoa - Presidente Deputado Izaiás Régis - 1º Vice - Presidente Deputado Antônio Moraes - 2º Vice - residente Deputado Sebastião Rufino - 2º Secretário Deputado Aglailson Júnior - 3º Secretário Deputado Manoel Ferreira - 4º Secretário
Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

Pareceres de Comissões

Parecer Nº 3209/2009

Projeto de Resolução nº 951/2009 Autor: Mesa Diretora
EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 905/2008.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº 951/2009, encaminhado pela Mesa Diretora desta Casa, através da Proposta nº 23/2009.

Tendo em vista o que dispõe o Art. 14 da incisos II e IV da Constituição Estadual, bem como considerando que o Regimento Interno, através da Resolução nº 905/2009 foi omissão quanto às atribuições do Presidente e do 1º Secretário, no que tange as funções essenciais para o bom desempenho administrativo desta Casa, para que funcione com eficiência, assim como atenda ao princípio da legalidade, inscrito no Art. 37 *caput* da Constituição Federal.

Considerando, finalmente, que a matéria é de competência privativa da Assembleia Legislativa, e que não existindo nenhum óbice Constitucional ou legal, opino favoravelmente pela aprovação do Projeto de Resolução nº 951/2009.

André Campos Deputado
Ante o exposto, uma vez atendidas todas as prescrições constitucionais e legais, opinamos no sentido de que o Projeto de Resolução nº 951/2009, oriundo da Mesa Diretora, está em condições de ser aprovado.
Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 19 de fevereiro de 2009.

Presidente: **André Campos.**
Relator : **André Campos.**
Favoráveis os (5) deputados: **Alberto Feitosa, Augusto César Filho, Augusto Coutinho, Carla Lapa, Doutora Nadegi.**

Parecer Nº 3210/2009

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Resolução nº 951/2009, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Altera a redação da Resolução nº 905/2008.
Art. 1º O Parágrafo Único do art. 58; o inciso XII do art. 64 e o inciso VIII do Art. 68 da Resolução nº 905/2008 passam a vigorar com a seguinte redação:
<i>“Art. 58.....</i>
<i>.....</i>

***Parágrafo Único.** Os Líderes e Vice-Líderes do Governo e da Oposição terão acréscimo na estrutura de seus gabinetes, no que se refere à lotação de pessoal, (70%) setenta por cento para o Líder e (50%) cinquenta por cento para os dois Vice-Líderes;”*

<i>“Art. 64.</i>
<i>I - Omissis</i>
<i>.....</i>
<i>XII – nomear, promover, comissionar, designar para exercer função gratificada, exonerar, demitir e aposentar servidores da Assembleia;</i>
<i>.....</i>
<i>.....”</i>
<i>“Art. 68.</i>
<i>I - Omissis</i>
<i>.....</i>
<i>VIII – conceder aos servidores licenças;</i>
<i>.....</i>
<i>.....”</i>

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Esmeraldo Santos Deputado
Sala da Comissão de Redação Final, em 19 de fevereiro de 2009.

Presidente: **Esmeraldo Santos.**
Relator : **Esmeraldo Santos.**
Favoráveis os (3) deputados: **Aglailson Júnior, Esmeraldo Santos, Marcantônio Dourado.**

Indicações

Indicação Nº 2780/2009

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja feito um apelo à Mesa Diretora desta Casa Legislativa, no sentido de que seja denominada a dependência onde funciona a Comissão de Finanças,Orçamento e Tributação de **“Sala Dr. Eliasí Vieira da Silva”**, sala 522 do Anexo I desta Assembléia.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Sr. André José Ribeiro da Silva, residente à Rua Rio Formoso, nº 29, quadra E-13 - Ouro Preto, Olinda.

Justificativa
Nascido em 16 de novembro de 1924, em Nazaré da Mata - Pernambuco, filho de Efigênia Vieira da Silva e Adin Antônio da Silva, o Advogado e Contador Eliasí Vieira da Silva foi sinônimo de competência e dedicação em tudo que construiu como profissional, esposo, pai, avô e filho. Casado com a Srª. Magnólia Barbosa da Silva (falecida), o homenageado construiu seu legado familiar com o êxito costumeiro conhecido em sua vida profissional. Assessor Jurídico da Secretaria de Justiça do Estado de Pernambuco, desenvolvendo uma assessoria de alto nível, não demorou a ingressar nos trabalhos de assessoria parlamentar na Assembléia Legislativa em 1986 em gabinetes parlamentares dos Deputados Draiton Nejaím, Edson Queiroz, Adolfo José, exercendo atividades inerentes ao bom assessoramento, principalmente quando se tratava de Direito Tributário e Orçamento. Eliasí foi pioneiro no que se refere à assistência municipal, com a implantação na Av. Visconde de Suassuna, nº 196, do Escritório Técnico de Organização Municipal – ECTOM, desenvolveu, juntamente com seus filhos, um trabalho de assistência a 67 municípios do Estado, prestando serviços de consultoria administrativa e orçamentária. Chegou a ser Secretário de Finanças e do Governo de Caruaru, Secretário-Adjunto de Finanças de Jaboatão dos Guararapes, Secretário de Finanças do Paulista e de Olinda no Governo Eufrásio Barbosa, além de Diretor do Presídio de Itamaracá (interventor). Mas foi em 1991 que ingressou na assessoria técnica da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, estabelecendo um vínculo maior com o Deputado Geraldo Coelho, selando uma amizade que já ultrapassava os 15 anos. Eliasí atuou na Assessoria Técnica da Comissão de Finanças com uma competência invejável, na emissão de pareceres técnicos e relatórios bem fundamentados. Chamado de professor pelos colegas deputados e funcionários, não negava auxílio a quem o procurava para que prestasse informações de suas experiências vivenciadas na Casa. São por esses justos motivos que encaminho a propositura em lide a esta Casa para apreciação dos demais Pares.
Sala das Reuniões, em 18 de fevereiro de 2009.
Justificativa
Geraldo Coelho Deputado

Indicação Nº 2781/2009

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário, e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo.

Sr. EDUARDO CAMPOS, Governador do Estado, extensivo ao Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Sr. ROLDÃO JOAQUIM; à Defensora Pública Geral do Estado, Drª TEREZA JOACY GOMES DE MELO, no sentido de implantar em Ouricuri um Núcleo da Defensoria Pública. Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Francisco Ricardo Soares Ramos, Prefeito da Cidade de Ouricuri, com endereço à Praça Pe. Francisco Pedro da Silva, nº 145, Ouricuri/PE. CEP 56.200-000; ao Sr. Antônio Francisco da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouricuri, com endereço à Rua Projetado, Bairro Canacui, nº 84, Ouricuri/PE; ao Sr. Henrique Gonçalves dos Santos, Presidente da Cooperativa Ecosol Araripe, com endereço à Rua José Tomás de Aquino, nº 90, Centro, Ouricuri/PE; ao Sr José Aparecido dos Santos, Coordenador do Consórcio Associação Região Vidéu, com endereço ao Sítio Lagoa do Pau Ferro, Ouricuri/PE; à Sra. Ianda Novais Leite, Coordenadora do Consórcio de 13 Associações Distrito de Santa Rita, com endereço à Rua José Tomás de Aquino, nº 90, Centro, Ouricuri/PE; ao Sr. Luiz Dário de Alencar Peixoto, com endereço à Praça Voluntários da Pátria, s/nº , Centro, Ouricuri/PE; ao Sr. Valdemisio Mendes Marinho, com endereço à Av. Des. Medeiros Correia, nº 129, Centro, Ouricuri/PE; ao Sr. Bргуивol Alves de Souza, Coordenador do CAATINGA, com endereço na Av. Mal Mascarenhas de Moraes, nº 60, Centro, Ouricuri/PE; ao Sr. Reginaldo Alves de Souza, Coordenador do CAATINGA, com endereço na Rua Chiquito Coelho, nº 48, Santa Maria, Ouricuri/PE; ao Sr. Paulo Pedro de Carvalho, articulador do Fórum Territorial do Araripe, com endereço ao Condomínio Pôr do Sol, nº 07, Ouricuri/PE; à Sra. Zilene Lima e Silva, Presidente da Associação dos Agentes de Saúde, com endereço à Av. Capim Grosso, nº 12, Santa Maria, Ouricuri/PE; à Sra. Niuma Lopes de Alencar, Presidente do Consórcio 1º Distrito, com endereço no Sítio Canto Alegre; ao Sr. Adão de Jesus Oliveira, Presidente da Associação dos Apicultores de Ouricuri, com endereço à Agrovila Nova Esperança, Ouricuri/PE; ao Sr. Adelmir Silva, Gerente da Rádio Voluntários da Pátria AM, com endereço à Av. Fernando Bexerra, nº 1125, Ouricuri/PE; ao Sr. Neto Rodrigues, Diretor da Rádio Liberal FM, com endereço à Av Fernando Bezerra, nº 419, Ouricuri/PE.

Justificativa
Ouricuri é uma cidade que conta atualmente com aproximadamente 56 mil habitantes e dispõe apenas de um Defensor Público. A Defensoria Pública do Estado tem por atribuições: a defesa dos interesses pessoais, sociais e patrimoniais das pessoas pobres; patrocinar os direitos e interesses do consumidor lesado, observado o princípio de atendimento às pessoas pobres, atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais, etc. Este tipo de iniciativa visa oferecer assistência jurídica gratuita aos mais necessitados, reprimindo junto com outras instituições os mais diversos atos de violência. Por se tratar de uma propositura justa e oportuna, pedimos a aprovação dos nobres colegas
Sala das Reuniões, em 18 de fevereiro de 2009.

Isabel Cristina Deputada

Indicação Nº 2782/2009

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor **Arthur Paiva** Coordenador Geral da Defesa Civil de Jaboatão dos Guararapes – PE, para implantação de um escadaria na Rua Aiguara, UR – 5, Recife – PE. Cep – 51310-000. Da decisão do Plenário e do inteiro teor dessa proposição, dê-se conhecimento ao: A Sra. **Eliane Maria da Silva**, na Rua Aiguara, nº 25, UR – 5 Recife – PE, Cep – 51310-000

Justificativa
A referida comunidade se encontra em péssimas condições de tráfego e no período chuvoso a situação tende a piorar com formação de crateras e pode provocar desmoronamento acarretando no desgaste e dificultando a vida dos moradores para ter acesso as suas residências, causando grandes prejuízos local. Portanto, a construção desta escadaria irá contribuir significativamente com a população desta importante área do município. Diante do exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição
Sala das Reuniões, em 18 de fevereiro de 2009.

Elina Carneiro Deputada
--

Indicação Nº 2783/2009

Indicamos à mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja formulado veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Recife, **Dr. João da Costa Bezerra Filho**, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura da Cidade do Recife, **Dr. José Humberto Cavalcanti**, e ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da EMLURB - Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana, **Dr. Carlos Muniz**, no sentido que seja realizada limpeza de Esgotamento Sanitário na **Comunidade do Zumbi do Pacheco**, no Bairro de Areias, Recife – PE. Da decisão do Plenário e do inteiro teor dessa proposição, dê-se conhecimento ao: A Sra. Eliane Maria da Silva, na Rua Aiguara, nº 25, UR – 5 Recife – PE, Cep – 51310-000.

Justificativa
Pleito que ora apresentamos a Prefeitura da Cidade do recife, é mais uma questão de saúde pública, do que mesmo uma mera questão de construção de obras, pois o fato de haver naquela localidade, ou em qualquer outro lugar, esgotos a céu aberto, constitui-se em um foco de doenças e graves riscos para a população que ali reside. Assim, conhecendo o prefeito João da Costa, sei que haverá urgência na solução deste problema, com as providências cabíveis ao caso, pois a atuação do ilustre presidente da EMLURB, Dr. Carlos Muniz, reflete o pensamento

da administração pública da Cidade do Recife, a de melhorar as condições de vida da população, de modo a oferecer a todos as condições de viver o mais igualitário possível. Certo de estar plenamente justificada a presente proposição solicito aos ilustres pares aprovações da mesma.

Sala das Reuniões, em 18 de fevereiro de 2009.
Elina Carneiro Deputada

Indicação Nº 2784/2009

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas às normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Excelentíssimo Senhor Doutor João da Costa**, Digníssimo Prefeito da Cidade do Recife e ao **Digníssimo Humberto Costa** Secretário das Cidades, no sentido de enviarem esforços para implantação de uma **ACADEMIA DAS CIDADES**, na Rua Aiguara, nº 25, UR-5, Recife - PE, enfrente a Associação de Moradores de Vila Aeroomoça. Da decisão do Plenário e do inteiro teor dessa proposição, dê-se conhecimento ao: A **Sra. Eliane Maria da Silva**, na Rua Aiguara, nº 25, UR – 5 Recife – PE, Cep – 51310-000.

Justificativa
Tal solicitação se prende ao fato da referida comunidade carente para prática de esporte e outros exercício físicos sendo está uma questão encarada hoje como saúde publica. Outro sim ocuparemos as crianças e adolescente o seu tempo disponível após as aulas, não os deixando vulneráveis a desvio de comportamento, e influencias negativas. Certo de estar plenamente justificada a presente proposição solicito aos ilustres pares aprovações da mesma
Sala das Reuniões, em 18 de fevereiro de 2009.

Elina Carneiro Deputada
--

Requerimento

Requerimento Nº 2967/2009

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Pesar pelo falecimento Professor Amaro de Albuquerque Souza. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição dê-se conhecimento a família do Professor, com endereço na Rua Amélia Colier, nº 69, Apto “b”, Centro, Camaragibe- PE, CEP: 54759-430, Ao Núcleo Regional do SINTEPE no Litoral Sul, com endereço na Rua Olimpio Teodoro, nº 78, Centro, Barreiros – PE, CEP: 55.560-000, a Direção Estadual do SINTEPE, com endereço na Rua General José Semeão, nº 39, Santo Amaro, Recife- PE, CEP: 50.050-120, Núcleo Municipal de Sirinhaém, com endereço na Rua Sebastião Chaves, s/n, Centro, Sirinhaém-PE, CEP: 55.580-000

Justificativa
O Professor Amaro de Albuquerque Souza destacou-se em sua militância na área de educação tendo atuado como professor da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, professor da Rede Municipal de Sirinhaém, coordenador do Núcleo Regional dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco. Como Coordenador do Núcleo Regional dos Trabalhadores destacou-se pela defesa da escola pública de qualidade e pela valorização e profissionalização dos trabalhadores em educação. Destaque-se sua contribuição significativa na organização dos trabalhadores da rede estadual e de todos os núcleos municipais da região litoral sul filiados ao SINTEPE. O Educador Amaro de Albuquerque Souza sempre foi um militante educador comprometido com a ética, com a política e com a sociedade democrática.

Como dirigente do PT, contribuiu nas discussões sobre desenvolvimento social e das políticas públicas do Município de Sirinhaém.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 18 de fevereiro de 2009
Teresa Leitão Deputada

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA DOZE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E NOVE.
--

Às onze horas do dia doze de fevereiro do ano dois mil e nove, no recinto do Plenarinho III, localizado no 2º andar do Edifício Nilo Coelho, Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, reuniram-se os deputados Mavíael Cavalcanti, Adelmo Duarte, Eduardo Porto, Sérgio Leite, Soldado Moisés, Carlos Santana e Terezinha Nunes, sob a presidência do primeiro. Havendo número legal o deputado Mavíael Cavalcanti iniciou a reunião colocando em votação a chapa composta por ele próprio para presidente e o deputado Eduardo Porto pata vice-presidente do Colegiado. A votação realizou-se por aclamação, sendo eleitos por unanimidade para presidente o deputado Mavíael Cavalcanti e para vice-presidente o deputado Eduardo Porto. Dando seqüência, já na condição de presidente reeleito o deputado Mavíael Cavalcanti agradeceu a confiança que lhe foi depositada e solicitou a disponibilidade de cada membro da Comissão para que ficasse decidido o dia e a hora das reuniões ordinárias. De comum acordo definiu-se as quartas-feiras, às onze horas. Continuando o sr. presidente

franqueou a palavra que foi usada pelo deputado Sérgio Leite o qual afirmou: estou retornando a esta Comissão depois de quatro anos. Afirmou ainda ser conhecedor da importância da Comissão de Administração Pública e se disse satisfeito com o retorno onde pretende dar ênfase às atividades do Colegiado. Nada mais havendo a tratar o deputado Mavíael Cavalcanti agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião marcando outra para a próxima quarta-feira as onze horas. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada.

Sala da Comissão de Administração Pública, 12 de fevereiro de 2009.
DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI PRESIDENTE
MEMBROS TITULARES:
DEPUTADO EDUARDO PORTO
DEPUTADO AIRINHO DE SÁ CARVALHO
DEPUTADO ADELMO DUARTE
DEPUTADO SOLDADO MOISÉS
DEPUTADO SÉRGIO LEITE
DEPUTADO SÉRGIO LEITE

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA REALIZADA EM DOZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E NOVE.

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do anexo I, desta Assembléia Legislativa, às oito horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Claudiano Martins (PSDB), de acordo com o artigo 117, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa e em obediência à convocação por edital do Presidente, reuniram-se os Deputados Augusto César Filho (PTB), Eduardo Porto (PT do B), Isabel Cristina (PT) e Raimundo Pimentel (PSDB) membros efetivos e os Deputados Amaury Pinto(PR), Augusto Coutinho (DEM), Carla Lapa (PSB), Esmeraldo Santos (PR) e Mavíael Cavalcanti (DEM) membros suplentes, de acordo com o Ato nº 110/2009, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 11 de fevereiro de 2009, do Presidente desta Assembléia Legislativa, Deputado Guilherme Uchoa, com a finalidade de eleger e dar posse ao Presidente e ao vice-presidente desta Comissão Permanente para a 3ª e 4ª Sessão Legislativa. Observando o quorum regimental, o deputado presidente deu por iniciada a reunião e procedeu às eleições programadas, sendo eleitos por unanimidade os deputados Claudiano Martins e Augusto César Filho respectivamente para os cargos de presidente e vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática. Após a posse dos mesmos, houve uma consulta aos deputados presentes sobre o dia e horário para realização das reuniões ordinárias desta Comissão, ficando acordado portanto, que as reuniões ficarão nas terças-feiras no plenarinho II as 11 horas. Portanto, nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a presente reunião, e para constar, eu, Maria Joseane Lopes de Amorim, lavrei e digitei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo presidente e demais membros desta comissão.

Recife, 12 de fevereiro de 2009.
Deputado Claudiano Martins Presidente
Deputado Raimundo Pimentel Membro Titular
Deputado Esmeraldo Santos Membro Suplente
Deputada Mavíael Cavalcanti Membro Suplente

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES NA REUNIÃO DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2009.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Após 24 anos transmitindo apenas para a capital pernambucana, já faz um ano que a TV Universitária (TVU), transmite o sinal da emissora para todo o interior do estado, além de todos os países da América Latina e África de língua portuguesa. Porém, hoje desta Tribuna da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, quero destacar com muita satisfação o bellissimo documentário sobre o frevo pernambucano, que aquela emissora colocou no ar recentemente, além da imensa cobertura que vem fazendo diariamente da festa mais democrática do mundo que é o nosso carnaval. Vários artistas de nossa terra, em depoimentos públicos, tem afirmado que para cantar nessas emissoras de rádio tem que dispende com o jabar, jargão utilizado pelos profissionais das emissoras, o qual significa pagamento em dinheiro. Confesso a V.Exas. que atitudes como estas além de uma grande vergonha, me deixam profundamente estarecido. Este ano, tive a oportunidade de ir ao baile municipal, um verdadeiro show de cores e alegrias, com muito frevo. Fiquei encantado, maravilhado, surpreso, tanto com a magnifica apresentação e coreografia do maestro Forró da Bomba do Emetêr, quando a exibição extraordinária do Maestro Spok e sua excelente orquestra. Agora pergunto eu, porque será que essas organizações a que me refiro, só se preocupam mais em divulgar a música baiana e o samba carioca? Nem eu mesmo posso responder, mas deixo aqui o meu protesto contra essas atitudes desprezíveis com o que existe de mais valoroso na nossa cultura popular, que é o frevo pernambucano, como bem disse o jornalista Antônio Magalhães, “o frevo tem muitos sinônimos: Felinto, Pedro Salgado, Guilherme Fenelon e seus blocos famosos. Ainda Capiba, Néelson Ferreira, Luiz

Bandeira e o Maestro Duda”. Esses expoentes do carnaval pernambucano, dentre outros, jamais deverão serem relegados ao desprezo e esquecimento: Portanto, Senhoras e Senhores Deputados, diante destas observações, quero deixar aqui registrado, meus parabéns, minhas exaltação maior para com a TV Universitária de Pernambuco, pela magnânima atitude tomada para divulgar não apenas o frevo carnavalesco, mas todas as manifestações culturais de nossa gente.

Muito Obrigado
PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2009.
APOIO A EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM FLORES

FLORES É UM MUNICÍPIO COM TRADIÇÃO POLÍTICA, DESDE AS ÉPOCAS MAIS REMOTAS DA NOSSA COLONIZAÇÃO. TEM PASSADO POLÍTICO REGIONAL E TEM TAMBÉM EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, HOJE LIDERADA PELO JOVEM PREFEITO MARCONI SANTANA, QUE TEM FOCADO SUA ADMINISTRAÇÃO PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS MAIS GRAVES DA EDUCAÇÃO. TEM AMPLIADO ESSE SERVIÇO BÁSICO E ESSENCIAL PARA A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE E PARA A CONSTRUÇÃO DO FUTURO DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO. EDUCAÇÃO SIGNIFICA FORMAÇÃO DO HOMEM PARA O TRABALHO. SIGNIFICA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS PESSOAS. SIGNIFICA INSERIR O HOMEM NO MERCADO DE TRABALHO, COMPETINDO EM CONDIÇÕES DE IGUALDADE COM OUTRAS ÁREAS MAIS DESENVOLVIDAS DO PAÍS. QUERO, POR DEVER DE JUSTIÇA, PARABENIZAR E ESTIMULAR O TRABALHO DO PREFEITO MARCONI SANTANA, DE FLORES, PELAS AÇÕES INOVADORAS E CORAJOSAS NA EDUCAÇÃO, INCLUSIVE LANÇANDO O PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO DE ESCOLAS MANTIDAS PELA REDE MUNICIPAL DE FLORES, CONFORME PUBLICOU O JORNAL DO COMÉRCIO EDIÇÃO DE 14/02/2009, EM MATÉRIA DE AUTORIA DO JORNALISTA SEBASTIÃO ARAÚJO. PARABÉNS AO POVO DE FLORES, POR TER ELEITO UM GESTOR TRABALHADOR E COMPROMETIDO COM A SUA GENTE. PARABÉNS AO PREFEITO DE FLORES MARCONI SANTANA E AOS PROFESSORES E ALUNOS DE FLORES.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA ELINA CARNEIRO NA REUNIÃO DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2009.

Sr. Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Venho a esta tribuna no dia de hoje, agradecer a minha recondução à Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para mais um biênio. Agradecer aos Deputados e Deputadas que estiveram conosco à frente deste trabalho por todo o período de 2007 e 2008. Essa reeleição tem para nós uma enorme importância enquanto reconhecimento do trabalho realizado e renova a energia e o compromisso com a luta das mulheres em nosso Estado, principalmente num momento em que passa a ser composta por toda a bancada feminina desta Casa de Joaquim Nabuco. À Deputada Miriam Lacerda, meu especial agradecimento pela força e motivação como Vice-presidente da Comissão até então, e à Deputada Isabel Cristina, que estará conosco na Vice-presidência daqui por diante, damos as boas vindas na certeza de que sua atuação, já demonstrada enquanto parlamentar, se repetirá na determinação e empenho para que consigamos desenvolver um ainda mais atuante trabalho. Neste próximo biênio continuaremos pautando a nossa atuação no enfrentamento à violência contra a mulher, na geração de emprego e renda e iniciaremos de forma mais veemente o debate sobre a inserção da mulher nos espaços de poder e decisão, o combate à gravidez na adolescência e os cuidados com a saúde da mulher, principalmente, à prevenção do câncer e a não feminização da AIDS.

E por estar interligado de forma fundamental a dois destes aspectos, queremos firmar aqui total apoio à nova campanha desenvolvida pelo ministério da saúde que tem como foco as mulheres acima de 50 anos tirando-as do papel secundário para o de protagonistas na opção pelo relacionamento sexual com segurança.

E ressaltar apoio à iniciativa do Deputado André Campos na proposição de analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a quem parabenido, autorizando o parlamento a legislar sobre matéria financeira.

Pois acredito que, se aprovada, a PEC irá agilizar a votação de muitos projetos que ficam paralisados por alegação de inconstitucionalidade, como alguns por mim já apresentados, irá valorizar o Poder Legislativo e, com certeza, ajudar no desenvolvimento do Estado.

Outrossim, neste momento onde a participação de parlamentares femininas é a maior já obtida nesta Casa Legislativa estimulando ainda mais a nossa luta pela inserção feminina na política e nos espaços de decisão, quero prestar uma homenagem pelo Dia da conquista do Voto Feminino no Brasil, 24 de fevereiro. Este dia, que será feriado não pela importância histórica e sim, pelos festejos momescos, tem de ser festejado por todas nós. Afinal, marca 77 anos de uma das maiores conquistas das mulheres: o reconhecimento enquanto cidadãs. Foram muitas as mulheres que lutaram pela conquista deste direito: Julia Barbosa, Bertha Lutz, Leolinda Daltró, Celina Vianna, Nathércia da Cunha Silveira, Antonietta de Barros, Almerinda Gama, Jerônima Mesquita, Maria Luisa Bittencourt, Alzira Teixeira Soriano, Carlota Pereira de Queiroz, Josefina Álvares de Azevedo, Carmen Portinho, Elvira Komel, Amélia Bevilacqua, Isabel de Sousa Matos apenas para citar algumas e são muitas, mas muitas mais as que lutam e lutarão por uma participação mais efetiva das mulheres nos espaços políticos.

Pois tanto ainda há por fazer...Hoje, o voto feminino é fator decisivo na decisão do quadro político nacional. Por isso cada uma de nós mulheres, possui um importante papel, que não significa apenas a luta pelos seus direitos como mulher, mas sim

a luta por uma sociedade justa e este ideal passa por um dia, onde a participação na esfera política seja igualitária. E por fim, venho apresentar minha solidariedade à família da advogada Paula Oliveira, dizer que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher tem acompanhado o desenrolar das investigações desta tão chocante demonstração de agressividade sofrida e que, respeitando o pedido feito pela própria família, conforme divulgado pelos jornais, aguardará a conclusão das investigações para qualquer posicionamento.

Obrigado
PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO GERALDO COELHO NA REUNIÃO DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2009.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Hoje, minha homenagem póstuma pelo falecimento de IRMÃ EURIDICE DOURADO, ocorrido em Petrolina. Comenta-se muito aqui na Assembléia Legislativa sobre Crianças de Rua. Petrolina não tem esse problema. IRMÃ DOURADO foi a pioneira de ações efetivas e de muito êxito, cujo início foi na década de 1970. O Amor incondicional de uma religiosa baiana, a IRMÃ DOURADO, da Congregação Salesiana do Instituto Maria Auxiliadora, rompeu com certas normas religiosas e foi para as ruas concretizar uma obra humana de bondade e salvação, buscando sempre ajudar os piores dos piores. No início, somente com sua boa vontade e decisão de lutar, ela juntava as crianças e se reuniam em baixo de uma Figueira, no Pátio do Colégio; e sentados no chão, procurava incutir em cada um que eram gente e que ela e Deus tinham carinho e solução para lhes proporcionar uma vida melhor. Pautada no lema religioso de São João Bosco – Disciplina e Bondade, o número de meninos foi crescendo e as ajudas começaram a chegar. O Comando da Polícia Militar cedeu um Policial Militar; a Diocese, um espaço físico provisório e no Governo do Prefeito Augusto Coelho, o grupo foi reconhecido como Entidade Filantrópica sem fins lucrativos, denominada Pequenos Trabalhadores de Petrolina – PETRAPE. Com Estatuto oficializado em 24 de Maio de 1983, a entidade construiu sua sede própria e desde já, nunca mais deixou de crescer ao longo dos últimos 30 anos. Aqui, louve-se os trabalhos e as ajudas das Irmãs Salesianas Italianas, especialmente da Irmã Juliana Galli. Hoje, distribuídos em três Casas Lares, as crianças são separadas por faixa etária de 06 a 09, 10 a 11, e acima de 12 anos.

Num sistema escolar super valorizado, as linhas de ações são distribuídas em alimentação, gestão de pessoas, oficina de informática, atividades culturais, banda marcial e muitas outras, todas com orientação social e psico-pedagógica.

Sem nenhum medo de errar, nem presunção, a nossa IRMÃ DOURADO faz paralelo com as saudosas Irmã Dulce, de Salvador e Madre Tereza de Calcutá.

Diante do exposto e do falecimento da Irmã MARIA EURIDICE DOURADO, aos 86 anos, fundamento o presente VOTO DE PESAR, lembrando a todos, o ensinamento tão atual de PITÁGORAS, "Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos". Que mais um bom exemplo de Petrolina, sirva para nos abrir os olhos e enxergar o problema da CRIANÇA MARGINALIZADA, que é tão grande e clama por urgentíssima solução no nosso Pernambuco por inteiro. Transmito, portanto, as minhas condolências à Irmã NEIVA LOBATO SAMPAIO, Diretora do Colégio Maria Auxiliadora e ao PETRAPE (Pequenos Trabalhadores de Petrolina), na pessoa do seu Presidente, JOSÉ VIEIRA DA SILVA. Este trabalho de IRMÃ DOURADO serviu de exemplo para outras entidades com idêntica atividade, a exemplo da APAMI, atendendo crianças com idade até 14 anos, com educação, cultura e lazer, Centro Social Urbano, com escola de futebol, cujos jovens têm sido contratados até para jogar na Croácia, Fundação Nilo Coelho, entidade que dá emprego e renda para muitas famílias, apoiando crianças e também Creches bem orientadas e ensino primário de alta categoria nas escolas da Prefeitura e mais algumas entidades que voluntariamente prestam assistência às crianças. Petrolina é hoje exemplo de ação social, sobretudo pela atuação pioneira de IRMÃ DOURADO. E como prova de agradecimento uma grande multidão acompanhou o seu enterro e assim, solicito que este pronunciamento passe a constar nos anais da Casa de Joaquim Nabuco.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO GERALDO COELHO NA REUNIÃO DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2009.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Pernambuco, nos últimos anos, tem comprovado suas grandes possibilidades de desenvolvimento e de superação das crises que vêm preocupando o mundo.

Os grandes empreendimentos já implantados em nosso Estado comprovam a determinação das autoridades constituídas no sentido de aproveitar as potencialidades aqui existentes e transformá-las em oportunidades para melhorar a vida do povo pernambucano. Empreendimentos como o Porto de SUAPE, a Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul, a Hemobrás, a Transposição do São Francisco, o Polo Gesseiro do Araripe e muitos outros, comprovam o esforço das lideranças pernambucanas e nordestinas para mudar, de forma irreversível, os destinos da nossa região. Mas hoje quero fazer especial referência ao Projeto de parceria do Programa Vida Nova e SINDHOTEL (Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares, Casas e Parques de Diversão e Similares). O Programa Vida Nova trabalha com o resgate da cidadania e a construção de um projeto de vida para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e também faz parte da política de combate à violência dentro do Estado de Pernambuco. É um Programa composto pelos Centros da Juventude (CJ), Centros da Criança e do Adolescente (CCA) e Centros de

Atendimento aos Usuários de Drogas (CAUD). Os Centros da Juventude oferecem atividades esportivas, culturais e sociais e também proporcionam cursos de qualificação profissional para jovens, com o objetivo de inserir esses alunos no mercado de trabalho.

O Centro da Juventude de Santo Amaro oferece cursos de garçom, recepcionista, manutenção de micro, construção civil e serviços gerais. Os cursos têm carga horária de 224 horas e os instrutores, na sua maioria, são técnicos qualificados pelo SENAL. Agora, com a parceria do Programa Vida Nova e SINDHOTEL, novas oportunidades estão surgindo e vários alunos já foram aproveitados em empresas privadas.

O Presidente do SINDHOTEL, Júlio Crucho, é um entusiasta desse novo Projeto e acredita que ele possa ampliar a geração de emprego e renda no Estado, trazendo grandes benefícios principalmente aos jovens que buscam uma oportunidade de trabalho.

No mês de dezembro último, foi lançado aqui no Recife, pelo Ministro do Turismo, Dr. Luiz Barreto, o Projeto “Conexão Nordeste”, que contou com representantes dos nove estados nordestinos. Júlio Crucho também considerou essa iniciativa muito importante para Pernambuco, afirmando que “a Classe Turística e Hoteleira vai ter o seu principal produto sendo oferecido nos principais corredores de entrada e saída do nordeste” e isso muito representa em termos de geração de empregos e renda. Quero, portanto, parabenizar o Presidente do SINDHOTEL, Júlio Crucho pelo seu permanente esforço em partilhar ações que promovem o desenvolvimento de Pernambuco e da região nordeste.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO GERALDO COELHO DA REUNIÃO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2009.
--

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Hoje, um destaque especial para JOSIAS ALBUQUERQUE, Presidente do SISTEMA FECOMÉRCIO – SENAC/SESC, grande baluarte, que tem o poder de transformar, não só as entidades por ele presididas, mas a sociedade como um todo, com uma competência impar.

Esteve em Petrolina no dia 13 de Fevereiro último, para a inauguração de dois espaços no SESC de Petrolina, os quais irão contribuir e muito para a educação e cultura de nossa cidade; a Galeria de Artes ANA DAS CARRANCAS e o Complexo Esportivo JONAS AMARO FERREIRA. Essas duas iniciativas prestigiam a Memória de personalidades que muito contribuíram para o desenvolvimento de Petrolina; ANA DAS CARRANCAS, artista de renome nacional, que trabalhava com o barro e JONAS AMARO, comerciante que se afirmou perante a sociedade com participações de sentimento humanitário e social.

Quero registrar também a presença, naquele evento, do Presidente do sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Pernambuco - SINDHOTEL, JÚLIO CRUCHO CUNHA.

JÚLIO fez um excelente pronunciamento, elogiando as ações do SESC de Petrolina, que é considerado como um dos melhores do Brasil. JÚLIO CRUCHO tem meu respeito e admiração pelo cargo que exerce com muita competência.

A todos agradeço a presença naquele importante evento, que confirma o esforço de proporcionar a todo o Estado de Pernambuco, oportunidades de profissionalização, cultura e lazer.

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHOA NA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2009.
REABERTURA DOS TRABALHOS - 2009

Senhoras e senhores deputados, membros da Mesa Diretora, assistentes, superintendentes e servidores:

Iniciamos, no dia de hoje, um novo período legislativo, que corresponde ao terceiro ano desta 16ª Legislatura. O momento é, também, de posse da Mesa Diretora do biênio 2009-2010, para a Presidência da qual fomos reeleitos no último dia 1º de dezembro. Junto com os demais integrantes, os nobres deputados Izaias Régis, 1ª vice-presidente; Antônio Moraes, 2º vice-presidente; João Fernando Coutinho, 1º secretário; Sebastião Rufino, 2º secretário; Aglailson Júnior; 3º secretário; e Manoel Ferreira, 4º secretário, temos a missão e o dever de manter o bom funcionamento da Assembleia Legislativa, zelando pela sua imagem e promovendo ações necessárias ao aperfeiçoamento do trâmite administrativo, bem como da atividade-fim do Poder, que é a de legislar em defesa de nosso povo, visando ao desenvolvimento do Estado.

No dia de hoje, temos a honra de entregar aos parlamentares antigos e aos que assumiram após a saída de seis deputados eleitos para prefeituras os novos exemplares do Manual do Deputado.

O livro, que é considerado a “Bíblia” do nosso Parlamento, é composto pela Constituição Federal, Constituição do Estado de Pernambuco, Regimento Interno da Assembleia, com suas devidas alterações, e pelo Código de Ética. Também foi feita a atualização das legislações, incluindo as novas emendas às Constituições Federal e Estadual. O Manual do Deputado é fruto de extenso trabalho de um grupo de parlamentares e servidores que se dedicaram, ao longo dos últimos anos, a atualizar os textos que compõem este livro.

Com isso, a Mesa Diretora se sente gratificada em facilitar aos integrantes da Casa o acesso ao conteúdo das legislações em vigor, assegurando as condições essenciais ao bom desempenho do trabalho parlamentar. Também é importante ressaltar que tivemos a iniciativa de fazer a revisão ortográfica do Manual, que está atualizado conforme as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Concluímos também o relatório de atividades do biênio 2007-2008, cumprindo assim o compromisso constitucional de dar publicidade aos atos da gestão. Com isso, comprometemo-nos a dar prosseguimento às iniciativas de aproximação com a sociedade, a exemplo da divulgação da atividade parlamentar e institucional.

Tal iniciativa visa fortalecer ainda mais os mecanismos de comunicação que garantem a transparência que sempre defendemos.

Aproveitamos também esta ocasião para informar que a Mesa Diretora promoverá, no dia 5 de outubro, a comemoração dos 20 anos da Constituição de Pernambuco, enfatizando a sua importância para o cumprimento das leis e o desenvolvimento do Estado.

Estamos certos de continuar contando com a valorosa colaboração dos Poderes Executivo e Judiciário, além do Ministério Público e Tribunal de Contas, com os quais temos trabalhado com sintonia, harmonia e respeito. Contamos com a colaboração de todos os que fazem a Mesa Diretora, dos demais parlamentares, bem como dos assistentes, superintendentes, assessores e demais servidores para que alcancemos nossos objetivos e tenhamos êxito ao final de mais uma gestão.

Muito obrigado!

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHOA NA REUNIÃO SOLENE DO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2009.

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE DOM HELDER CÂMARA

A sociedade pernambucana celebra, neste mês, o centenário de nascimento de Dom Helder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e do Recife. O religioso nasceu em Fortaleza, no Ceará, em 7 de fevereiro de 1909. Portanto, se vivo estivesse, completaria, no próximo sábado, um século de uma vida toda dedicada aos postulados da Igreja Católica e ao povo brasileiro. Dom Helder deixou para as gerações do Brasil e do mundo o legado incensurável de sua atuação em defesa dos pobres e dos direitos humanos.

Para a Assembleia Legislativa, há um outro fato relevante nesta data: o deputado Pedro Eurico, autor da proposição para a realização desta reunião solene, é uma autêntica testemunha ocular da história. Ele foi amigo e colaborador de Dom Helder, na condição de advogado na Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife. E acompanhou, assim, a luta, as adversidades, os desafios, as perseguições enfrentadas pelo religioso diante do regime militar instaurado no Brasil em 31 de março de 1964.

Depois de um período de entendimentos entre Dom Helder e os militares, houve o rompimento, em face das posições corajosas por ele assumidas, sem temer ameaças, pressões, inclusive censura. Diante disso, seu nome foi proibido de ser citado na mídia. O nobre religioso mantinha suas ideias libertárias, lutando por uma Igreja voltada para os pobres, dioceses, dedicando-se ao trabalho social e ao combate às injustiças. Ele também idealizou a fundação do Banco da Providência, uma ferramenta importante para a população pernambucana. A tensão com os militares cresceu quando o padre começou a visitar presos políticos, entre eles, muitos religiosos, militantes ligados à Ação Católica e a outros setores que não aceitavam as imposições e diretrizes do Governo Militar.

Nesse período, entre as campanhas difamatórias contra Dom Helder, havia o grupo Tradição, Família e Propriedade – TFP. Seus integrantes se espalhavam pela cidade e defronte a igrejas, como a Matriz da Boa Vista, abordavam os transeuntes para fazer acusações ao religioso, por eles tachado de “arcebispo vermelho”. Essa atitude tinha a finalidade de acirrar os ânimos da população, mas isso não teve êxito e Dom Helder continuou contando com a estima dos pernambucanos, lutando pela redemocratização do País. O regime não admitia, por sua vez, um padre tão rebelde e seguiu as campanhas para atingi-lo, acusando-o de querer ajudar a implantar o comunismo no Brasil. A situação chegou a tal ponto que prejudicou sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz. O fato tirou de Pernambuco e do Brasil a oportunidade de trazer para nossa terra o cobiçado prêmio internacional. Tudo isso culminou com um acontecimento de extrema gravidade: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto, abatido por grupos de extrema direita, em 1969. O padre era coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e do Recife, dedicado aos problemas da juventude e muito ligado a Dom Helder. A interpretação sobre o crime foi que, em face da projeção internacional do arcebispo, ele não deveria ser atingido diretamente, por isso o padre Henrique foi escolhido como “um aviso”.

Esses detalhes demonstram os meandros enfrentados por Dom Helder, que, apesar de tudo, manteve-se firme na sua decisão de lutar por uma sociedade justa.

A Assembleia Legislativa não poderia, naturalmente, deixar de homenagear um sacerdote que, durante mais de duas décadas, realizou um trabalho social relevante em terras pernambucanas, enfrentando ameaças de toda ordem. Dom Helder Câmara, o Dom da Paz, merece, portanto, a afirmação do respeito e da admiração do Poder Legislativo de Pernambuco, fórum sempre em sintonia com os anseios e as reivindicações da sociedade pernambucana. O arcebispo emérito de Olinda e Recife faleceu em 27 de agosto de 1999, em sua residência, na Igreja das Fronteiras, no Derby, aos 90 anos de idade.

Hoje, por brilhante iniciativa do deputado Pedro Eurico, a Casa Joaquim Nabuco se junta a todos os pernambucanos, cearenses, enfim, aos brasileiros que louvam a paz, a justiça social e a defesa dos direitos humanos para celebrar, com muita alegria, o centenário de nascimento de um de nossos maiores líderes religiosos da história mundial.

Muito obrigado!

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA ISABEL CRISTINA NA REUNIÃO DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2009.

Ontem e hoje estão reunidos em Brasília prefeitos e prefeitas de todo o país independente de cor partidária, convocados pelo Presidente Lula, inaugurando assim um novo marco no relacionamento entre o governo federal e os municípios. O governo está convencido que somente a junção de esforços e a parceria entre diversas instâncias governamentais poderão dar conta das imensas demandas da população.

Na abertura do Encontro, o Presidente Lula assinou cinco atos voltados para a administração municipal. O principal deles foi uma medida provisória que permite o parcelamento em 240 vezes, ou seja, o pagamento em 20 anos, das dívidas dos municípios com o

INSS. Ela também prevê a redução dos juros de mora da dívida em 50%.

Outra medida muito aplaudida pelos prefeitos foi a ampliação do programa Caminho da Escola. Ela permitirá aos municípios utilizarem uma linha de financiamento do BNDES para a melhoria do transporte escolar.

Lula também assinou um decreto que prorroga o Imposto Territorial Rural (ITR) por prazo indeterminado e possibilita aos municípios optarem por um convênio com a Receita Federal, permitindo que 100% da arrecadação do ITR fique no próprio município. Antes a arrecadação ficava com a União.

Dentre essas demandas, 10 questões consideradas mais sérias destacamos a mortalidade infantil, o analfabetismo, o sub-registro civil e a desigualdade social. Os dados mostram a redução da pobreza, mais a desigualdade, sobretudo regional, permanece. Segundo dados do IBGE de 2007, a maioria da população brasileira, 53,6%, mora em apenas 4,5% dos municípios pouco mais de 250 cidades. Na outra ponta, 18% da população vive em 72% das cidades. Isso mostra uma forte concentração populacional, resultado de um fluxo migratório que esvazia as pequenas cidades e provoca o inchamento das maiores, com todos os problemas conseqüentes.

Resultado desta preocupação, nos chama a atenção a Medida Provisória 455, de 28 de janeiro passado, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, assegurando o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, priorizando as comunidades tradicionais e os assentamentos da reforma agrária. Dos recursos repassados pelo FNDE, no mínimo 30% devem ser utilizadas na aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Os cardápios deverão respeitar os referenciais nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade. A nossa preocupação é que a burocracia fiscal impeça o cumprimento destas medidas e na ponta as coisas continuem acontecendo da mesma forma, beneficiando uma minoria de fornecedores, concentrando a renda e a desigualdade permanece. Compete a todos nós acompanhar o cumprimento desta medida, ciente de que o maior beneficiado será o cidadão brasileiro.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA ISABEL CRISTINA NA REUNIÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2009.

Senhores deputados, Senhoras deputadas, Como também sou membro da Comissão de Agricultura, acredito que temos muitos problemas a enfrentar. A região do Vale do São Francisco é o maior exportador de manga e uva do país e abastece toda a produção nacional. Pela importância da agricultura da região, para minimizar os reflexos da crise mundial, o governo Lula, através do BNDES, socorreu os empresários da região com uma ajuda de 170 milhões, preservando assim, as vagas de trabalho daqueles trabalhadores, que já sofrem os reflexos do desemprego no período da entressafra.

Mas não são apenas os empresários que precisam de ajuda. Em meio a toda essa turbulência econômica, teve início no mês de dezembro a Campanha Salarial dos trabalhadores rurais da Hortifruticultura irrigada do Vale do São Francisco, que reuniu uma série de reivindicações. São cerca de 180 mil trabalhadores na região, podendo esse número chegar a 240 mil. Dentre as reivindicações apresentadas, os trabalhadores rurais reivindicavam um salário de R\$ 556, 00, o fim do trabalho aos sábados, domingos e feriados e o final dos lanches fornecidos pelo patrões, sendo substituído por uma refeição. Entendendo a dificuldade do momento, após o início das negociações que iniciaram no dia 26 de janeiro, os trabalhadores recuaram e em negociação fechada nesta segunda-feira, dia 16 de fevereiro, aceitaram um piso salarial de R\$ 467,00, apenas 11 reais a mais que o salário mínimo. Quanto às folgas, os patrões aceitaram tornar facultativo os domingos e feriados existentes entre os meses de agosto e setembro do ano, o que infelizmente não se configura em conquista, já que, nenhum trabalhador convocado pelo patrão nestes dias irá se negar a comparecer ao emprego, sob pena de se tornar mais um desempregado. As conquistas não foram muitas, mas os trabalhadores entenderam a dificuldade do momento econômico e decidiram fechar o Acordo 2009. Mas uma coisa precisa ser enfrentada pela Comissão de Agricultura da Assembléia, tema que trarei para discussão, que é o fim dos bóias-frias. Em uma região que abastece todo o país de manga e uva, é inadmissível que os trabalhadores ainda tenham que utilizar marmitas, fazendo as refeições embaixo de árvores, sem direito a uma alimentação digna e um descanso adequado, mesmo desempenhando um trabalho árduo. São fazendas de 500, 2 mil e 2.500 trabalhadores e essa realidade precisa mudar. Precisamos por fim à figura do bóia fria no vale do São Francisco e garantir aos trabalhadores um tratamento compatível ao desenvolvimento e importância econômica da região.

Deputada Isabel Cristina (PT)

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA JACILDA URQUISA NA REUNIÃO DO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2009.

MAIS ORGANIZAÇÃO PARA AS PRÉVIAS DO CARNAVAL DE OLINDA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: Venho a essa Tribuna na tarde de hoje, para fazer um breve pronunciamento acerca de um período que nos trás muita alegria e descontração, mas que pontualmente está sendo motivo de grande preocupação de todos os olindenses, especialmente dos moradores da Cidade Alta e alguns bairros adjacentes, que são as prévias do carnaval que vem ocorrendo todos os domingos em Olinda. A preocupação decorre, Sr. Presidente - que também é morador de Olinda - da falta de cuidados da Prefeitura do Município com a infraestrutura necessária para a recepção dos milhares de foliões que afluem todos os finais de semana para a cidade em busca do divertimento proporcionado pelo carnaval antecipado. A verdade é que nos dias de prévias a festa assume proporções de um dia de

carnaval oficial, exigindo um esforço especial da administração para atender a demanda de serviços como limpeza urbana, controle do fluxo de trânsito, cuidados maiores com a preservação do patrimônio histórico e principalmente com a segurança que, apesar de não ser responsabilidade direta da Prefeitura, deve fazer parte das suas preocupações no planejamento combinado com a Secretaria de Defesa Social.

O alerta que fazemos aqui prezadas e prezados colegas parlamentares, é motivado por uma série de reclamações que nos tem chegado partidas dos moradores situados nos locais onde ocorrem as aglomerações da grande festa popular. É importante dar sequência a essa maravilhosa manifestação da nossa cultura popular que torna as cidades de Olinda e Recife conhecidas mundialmente. Defendo até extensão da folia para mais dias do ano fora do calendário oficial de Momo, por que a atividade carnavalesca traz visibilidade, aumenta o fluxo turístico e cria oportunidades de trabalho numa imensa cadeia produtiva de micro negócios, gerando renda, principalmente entre as famílias das comunidades mais pobres. Mas é necessário e urgente que isso seja feito com planejamento e organização para que uma festa tão colorida, espontânea e democrática, não se tome um movimento inconsciente de depredação do nosso rico patrimônio histórico e um verdadeiro mar de transtorno e pesadelos para os moradores residentes no sítio histórico, alguns até com dificuldade de transitar próximos de sua residência.

Faço aqui um apelo especial ao Coronel José Lopes, Comandante da Polícia Militar de Pernambuco, a quem dedico grande apreço e admiração pelo competente trabalho que vem realizando a frente da PM, para reforçar o policiamento logístico nas principais artérias da cidade alta, nos dias de realizações das prévias, em virtude da escalada de violência que já vem se registrando em função da folia, no sentido de proteger as pessoas e famílias que vão para a festa única e exclusivamente para se divertir.

Vamos fazer as prévias carnavalescas sim, vamos dar vazão a essa extraordinária manifestação popular de alegria, criatividade e irreverência, mas de forma saudável, onde todos fiquem satisfeitos, gostando de pular no meio da multidão ou só de ficar apreciando os outros pularem como essa que vos fala. Tenho dito, Sr. Presidente.

Muito Obrigada

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA JACILDA URQUISA, NA REUNIÃO DO DIA 09 DE FEVEREIRO DE 2009.

CONTINUA A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM 2009.

Compareço a essa Tribuna, na tarde de hoje, para repercutir, com um absoluto sentimento de revolta e indignação, as notícias publicadas hoje na Folha de Pernambuco, na sua página policial, dando conta de que já chega a trinta e dois o número de mulheres assassinadas no Estado, quatro delas no último final de semana. Não só revolta e indignação, nobres companheiras e companheiros presentes a essa sessão, mas também de uma sensação de impotência em ver que se passam os dias, os meses, os anos e essa ação covarde e odienta, que qualifico como verdadeiro extermínio em série, parece não existir nenhum tipo de contra-ação que possa refreá-la.

O que nos deixa mais horrorizadas - quando falo nós, é por que tenho certeza que esse meu sentimento é compartilhado por todas as pessoas que tenham um mínimo de consciência cristã e cidadã – é que as estatísticas continuam a mostrar que a maior parte dos casos de violência parte do próprio ambiente doméstico, tendo como autores, ex e atuais, namorados, maridos e companheiros.

A violência contra a mulher já virou rotina nos lares pernambucanos. Além dos crimes de morte, as mulheres são vítimas de agressões físicas e sexuais.

Centenas de crimes ainda estão impunes. Em grande medida, os criminosos fogem após agredirem ou executarem as mulheres. A grande maioria dos crimes tem motivo passionaI, aqueles motivados por ciúmes ou relacionamentos desfeitos, embora tenha alguns registros de latrocínios e execuções do tráfico, é o que mostra os dados existentes nos registros oficiais da SDS. Por outro lado, a lei Maria da Penha, em vigor desde setembro de 2006, que foi elaborada exatamente para criar mecanismos que coibisse a violência doméstica e familiar contra a mulher, para nosso desgosto, tem na prática exercida pouca influência para acabar com essa assombrosa estatística, a meu ver por se tratar de uma questão com complexidades sócio-culturais e econômicas muito mais ampla do que a nossa percepção consegue entender.

Coincidentemente, no mesmo dia de hoje, o Jornal traz no Caderno Grande Recife, uma matéria com a Secretária de Defesa da Mulher, concedendo uma entrevista avaliando o desempenho da pasta criada pela atual administração do Estado para lidar com uma área que é responsável por um dos piores indicativos do Estado que é a violência contra o gênero feminino.

Na condição de membro da bancada feminina dessa Casa, e Suplente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da qual tive o imenso orgulho de ser a primeira Presidente, sinto-me na obrigação de tecer brevíssimos comentários que cruzam esses dois fatos.

Apesar de reconhecer que nesses dois anos de implantação da Secretaria, tendo à frente a Dra. Cristina Buarque, notável pesquisadora social, e com reconhecidos serviços prestados à causa feminina, houve avanços no que diz respeito à estruturação orgânica, com a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, das coordenadorias municipais, construção de casas abrigo, entre outras medidas importantes, mas em termos operacionais, ações que resultassem na redução efetiva das agressões não foram postas em prática, e isso senhoras e senhores é o que importa. E o resultado final que interessa, é a vida de mulheres indefesas que precisam urgentemente ser poupada.

Na prática o estado de Pernambuco, continua sendo detentor do maior índice de assassinatos de mulheres na Região. Em 2008, foram vitimadas 268 mulheres. É um absurdo comemorar a redução em relação aos anos anteriores, porque o número continua monstruoso e alarmante.

Atualmente dos 187 municípios do Estado, apenas dois possuem centro de referência e casa abrigo (Recife e Olinda) e somente quatro cidades metropolitanas possuem delegacias especializadas. Os serviços de atendimento às vítimas de violência sexual estão centralizados na capital, o que dificulta o acesso às moradoras de outras regiões. De janeiro a outubro de 2008, nas quatro delegacias da mulher do Estado, foram realizados 8.231 boletins de ocorrência; 2.338 inquéritos instaurados. Destes apenas 1.905 inquéritos foram remetidos à justiça, ou seja, totalmente concluídos. Não vim aqui, Sr. Presidente, para me arvorar de detentora de fórmulas prontas, que venham solucionar questão tão complexa. Mas precisava passar essa mensagem de indignação com esse cenário, ainda imutável, e, acima

de tudo, me colocar à disposição da bancada feminina, das comissões pertinentes, das autoridades dos outros poderes, para cerrarmos fileiras contra essa prática hedionda que não podemos mais tolerar em pleno século 21.

Tenho dito, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA JACILDA URQUISA NA REUNIÃO DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2009.

BOM CONSELHO E OLINDA, CIDADES ESPECIAIS.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Volto a essa Tribuna, à presença dos nobres membros desse parlamento, para tecer algumas considerações e, de certo modo, concluir o pronunciamento que fiz na semana passada, para anunciar meu retorno aos trabalhos dessa Casa, não o fazendo completo porque fui gentil e agradavelmente aparteada por colegas deputadas e deputados, com calorosas manifestações de boas-vindas.

O trecho do pronunciamento que não foi lido trata da minha disposição de centrar, como sempre fiz, atenção especial em duas cidades de grande importância na minha existência, que são Bom Conselho e Olinda.

Bom Conselho, que é minha cidade natural, que foi aquela que me viu

nascer e com a qual mantenho e manterei sempre raízes familiares, de amizade, políticas e mais que tudo, de profundos laços afetivos com toda a gente bonconselhense.

Aproveito esse momento, para parabenizar todos os bonconselhenses pelos novos horizontes socioeconômicos criados a partir da inauguração que acontecerá dentro de alguns meses das plantas industriais da Perdigão, que vai avançar em progressão geométrica as atividades da cadeia produtiva local e marcar uma fase de desenvolvimento nunca vista no município.

Esse grande complexo agroindustrial vai marcar uma nova era de crescimento econômico e criação de oportunidades no setor de agronegócios, com repercussão em outros segmentos de atividades produtivas, sem precedentes na história daquela região. É muito importante que todos nós, filhas e filhos, de Bom Conselho, tenhamos plena consciência desse momento impar que vivemos hoje no município, porque temos as chances reais de nos tornar um grande parque de produção avícola na região, não só no atendimento da demanda de unidades para processamento industrial da Perdigão, mas, também, consolidando-se como grande produtor e expressivo fornecedor para as zonas agrestinas e sertanejas.

Mais interessante ainda é a oportunidade que Bom Conselho tem de recuperar a condição de mais importante bacía leiteira do Estado, com o incremento da atividade tradicional e de maior vocação econômica do município que é a pecuária leiteira.

É preciso um esforço concentrado de todos nós – e aí me incluo como representante do município nessa Casa Legislativa, até porque fui majoritária nas últimas eleições – toda a classe produtora e empresarial, trabalhadores das zonas urbanas e rurais, religiosos, educadores, donos de casa, enfim todos os municípios, juntamente com a Prefeitura, no sentido da organização das pessoas, famílias e instituições em busca do aproveitamento máximo, em termos de desenvolvimento social e econômico, nesse novo marco de possibilidades.

Para citar uma mobilização de caráter estratégico e específico, é fundamental que a Prefeitura empreenda políticas públicas de desenvolvimento como uma que se faz urgente, que é a articulação com os áreas do governo estadual, que cuidam dos programas de melhoria da produção animal, além da negociação com as instituições oficiais de fomento como o Banco do Nordeste, com o objetivo de aumentar exponencialmente a produção de leite, que está em torno de 80 mil litros diários, para atender a crescente demanda que vai ser gerada com a ativação da unidade de laticínios da Perdigão com a marca Batávia.

Sem contar com as captações que já são feitas hoje através da Betânia, Cemil e nos próximos meses com a fábrica gaúcha Bom Gosto que comprou recentemente a Parmalat de Garanhuns. Essas quatro unidades operando juntas deverão elevar a captação diária, hoje de 350 mil litros, para 500 mil litros.

A propósito de dotar o município das condições adequadas ao seu pleno desenvolvimento, um item imprescindível da sua infra-estrutura básica não está sendo tratado com sua devida importância pelo governo do Estado que é o fornecimento de água.

E esse assunto foi objeto de um apelo meu feito ao Secretário de Recursos Hídricos e Presidente da Compesa, Dr. João Bosco de Almeida, assim como ao Diretor de Serviços Operacionais, Dr. Roberto Cavalcanti Tavares, apelo esse encaminhado através da Indicação 2661, que apresentei no último dia 9, para discussão e aprovação desse Plenário, solicitando providências urgentes no sentido da regularização do abastecimento de água de Bom Conselho.

Na abordagem que faço do problema, Sr. Presidente, procuro transmitir para as autoridades responsáveis pela distribuição da água tratada no Estado, a dramática situação em que se encontra toda a população do município de Bom Conselho, especialmente, os moradores das áreas urbanas, hoje, completamente dependentes do sistema regular de abastecimento domiciliar proporcionado pela Compesa.

Fizemos questão de frisar a importância do abastecimento de água nesse momento que o município está prestes a ativar o complexo agroindustrial da Perdigão, o que passará a movimentar a cadeia produtiva primária de fornecimento de insumos, principalmente, a partir da bacía leiteira, sendo o item água tratada, o principal elemento de suprimento de uma extensa cadeia de fornecimento da indústria de alimentos.

O que todos os municípes não conseguem entender, nobres Deputadas e Deputados, é que as barragens não estão com as capacidades tão comprometidas, a ponto de ter que ser estabelecido o racionamento hoje imposto pela Compesa, cuja rotina tem sido de 1 dia com água e 10,12 e até 15 sem água.

No governo passado houve implantação de mais 02 barragens de nível, instalação de 27 Km de encaenação de P.V.C. O aumento da capacidade do reservatório existente saiu de 400 metros cúbicos para 1.200 metro cúbicos. Foram implantadas uma nova adutora de 9 Km de água bruta e a E.T.A (Estação de Tratamento de Água).

A capacidade de vazão foi aumentada de 18 litros por segundo para 27 litros e, apesar de todas essas intervenções e investimentos, inexplicavelmente, a cidade de Bom Conselho vem sofrendo esse racionamento insurportável.

Outro dado relevante, é sabermos que o Município é dotado de extenso lençol freático proporcionando água de superfície, e, por consequência um suprimento hídrico que pode ofertar satisfatoriamente todo o município, para não termos o racionamento cruel, hoje vivenciado pelos Bonconselhenses.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA JACILDA URQUIISA NA REUNIÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2009.

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO CARNAVAL DE OLINDA.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

O que me traz a essa Tribuna na tarde de hoje, é com o intuito de reforçar um apelo que estou fazendo, através de Requerimento apresentado à Mesa Diretora dessa Casa de Joaquim Nabuco, aos órgãos e às autoridades envolvidas em Pernambuco no combate à exploração do trabalho infantil, para que redobrem suas atenções para esse tipo de prática desumana durante as festividades do Carnaval em Olinda.

O apelo que faço, Sr. Presidente, decorre da grande ocorrência e disseminação da utilização de crianças no comércio ambulante informal de bebidas alcoólicas, e que vem crescendo à medida que se avoluma a realização dos eventos relacionados às festividades de momo.

Sabemos que com realização do Carnaval, surge um manancial de oportunidades de negócios que movimenta toda a cadeia produtiva do turismo, principalmente no comércio informal, que geram trabalho e renda para a população de baixo poder aquisitivo e que além de possibilitar a criação de receita para os que estão desempregados, possibilitam, também, renda complementar para centenas de famílias cujo orçamento não conseguem ser cobertos pelo salário mensal. Mas isso tem que ser realizado com humanidade e respeito as normas sociais que protegem a criança e o adolescente, particularmente àquelas mais vulneráveis e que vivem em situação de risco social. Não podemos ser coniventes, a título da compreensão socioeconômica de desigualdades a que vivem submetidas vários pais de famílias, com a exploração desumana dos seus filhos, muitas delas ainda com a chupeta na boca.

Senti a necessidade de tomar essa iniciativa, depois de ouvir um relato feito por um assessor do meu Gabinete - que como bom folião, vem participando das prévias do Carnaval de Olinda, mas, também como bom observador do que de negativo vem ocorrendo nas festas - me dando conta da quantidade de meninos e meninas, com não mais de 12 anos de idade, que estavam em circulação nas ladeiras da Cidade Alta e nas Virgens de Bairro Novo, no último domingo, dia 15 de fevereiro.

O relato feito pelo meu auxiliar, denuncia cenas tristes e de cortar o coração de quem tenha um mínimo de sensibilidade, como a de um casal de irmãos, ele de 9 e ela de 11 anos, no domingo às 21 horas, que pediam ao "tio", no caso meu assessor, para que ele comprasse de uma só vez as seis latinhas de cerveja que restavam no isopor, para que eles pudessem ir para casa, já que não se agüentavam em pé de tanto sono.

Ao serem indagados por que não iam para casa e depois de dormirem e se alimentarem poderam voltar, outro dia, e vender o restante das latinhas de cervejas, disseram que não podiam chegar em casa sequer com uma lata sobrando, porque seu pai iria bater muito neles.

Todos nós tomamos conhecimento que na semana passada iniciou-se um novo e louvável esforço no combate à exploração sexual e ao tráfico de crianças em Pernambuco, feito pelo Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) numa campanha que envolve bares, restaurantes, hotéis, salões de beleza, academias e entidades ligadas a prefeituras.

A mobilização é para que esses estabelecimentos cumpram a Lei Federal 11.577, em vigor desde o ano passado, a qual obriga a divulgação dos serviços de denúncia de exploração sexual e tráfico de seres humanos.

Aproveitando essa mobilização, estou solicitando à Procuradora do Ministério Público do Trabalho em Pernambuco que está a frente desse trabalho, Dra Débora Tito, que estenda esse esforço de conscientização e fiscalização a essa situação pontual, que se apresenta nesse período, da utilização de crianças e adolescentes nas atividades laborais inerentes ao carnaval. Peça, também, que fosse somado a esse trabalho de monitoramento as coordenações municipais dos Conselhos Tutelares.

Estou fazendo apelo, também, no mesmo Requerimento, à Prefeitura de Olinda, para que acione sua rede de fiscalização responsável pelo disciplinamento das atividades comerciais no Sítio Histórico durante os festejos oficiais de momo, para que adotem as medidas e os procedimentos cabíveis para coibir a exploração das crianças, na maioria dos casos, pelos seus próprios pais.

Agradeço desde já, ao Sr.Presidente e aos nobres Pares dessa Casa, o apoio que, com certeza, receberei com a aprovações desse justo pleito.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA TEREZINHA NUNES NA REUNIÃO DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2009.

CRISE ECONÔMICA EM PERNAMBUCO

Há poucos dias estivemos nessa tribuna para anunciar a chegada da crise econômica a Pernambuco com o desemprego em massa na região do São Francisco que não conseguiu comercializar grande parte da produção de uvas sem sementes destinadas à exportação.

De lá para cá, infelizmente, o problema tem se agravado. Primeiro foi a Petrobrás que anunciou o adiamento da inauguração prevista para 2010 da Refinaria Abreu e Lima. Até agora, é preciso ressaltar, a Petrobrás não foi clara sobre como se dará a desaceleração do projeto da Refinaria. O que temos recebido são notícias preocupantes sobre as condições impostas pela PDVSA (Petróleos da Venezuela S.A) para fazer a parceria com a Petrobrás em torno do projeto, gerando ainda mais indefinições.

Este final de semana foi a vez do secretário Djalmo Leão se referir à queda da arrecadação de Pernambuco. Em janeiro de 2009, a arrecadação do ICMS apresentou uma elevação de apenas 8,9%, estando bem abaixo do incremento apresentado em janeiro de 2008 (17%). Esse percentual está bem distante da meta prevista pelo governo do estado para o ano, que espera uma expansão no recolhimento de 11%.

Hoje os jornais estampam o aprofundamento da questão. Está no Jornal do Commercio que a GM adiou mais uma vez o cronograma do centro logístico de distribuição de veículos que será construindo em Suape. Inicialmente a inauguração era prevista para acontecer em novembro de 2008, tendo sido adiada para o início desse ano e agora para o segundo trimestre.

O mesmo jornal anuncia que a balança comercial do estado começou a ser afetada e o setor eletrometalmeccânico está produzindo desempregados diariamente, já tendo sido demitidos mais de mil trabalhadores. Pernambuco, em janeiro, apresentou um saldo negativo na sua balança comercial de US\$35 milhões.

A crise atingiu grandes empresas como a Baterias Moura, com uma queda de 87% nas suas exportações, e a Alcoa Alumínios que amargou uma queda de 76,97% nas exportações e colocou à venda sua unidade em Igarassu. Empresas como a Simisa Metalúrgica e a Formaline Indústria de Laminados também apresentaram uma forte redução em suas atividades tendo, respectivamente, uma queda de 78% e 26% em suas exportações.

Parte do déficit foi impulsionado pela queda nas importações. Para se ter uma idéia, empresa italiana M&G Polímeros sozinha representou, em janeiro de 2008, 25% das importações no estado, com uma cifra de US\$53 milhões. Em janeiro desse ano a M&G importou US\$ 25 milhões representando uma queda de mais de 50% em suas importações.

O impacto da crise já se reflete no Índice de Confiança da Indústria de Pernambuco que, em janeiro desse ano, ficou 13,8% mais baixo do que o registrado em outubro do ano passado. É o menor desde que começou a ser calculado, em abril de 2005.

Enquanto isso não temos notícia de uma ação mais objetiva do Governo do Estado para reduzir o impacto da crise, contrariamente a outros estados.

Na semana passada, o governador José Serra tomou a dianteira anunciando um pacote de 17 ações para o estímulo à atividade econômica no Estado que, somadas com as outras 33 adotadas no período da crise, totalizam 50 medidas para o enfrentamento da crise financeira.

As medidas adotadas têm como objetivo antecipar compras e obras programadas para ocorrer ao longo do ano para o primeiro quadrimestre e incentivar os investimentos privados. Entre elas, se inclui a suspensão do ICMS na aquisição de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação, apoiando os investimentos e as empresas exportadoras. Também há medidas para as micro e pequenas empresas, como facilidade de acesso ao crédito e compras prioritárias pelo Estado de produtos desse setor.

Tudo para manter as vagas criadas em 2008 e gerar novos empregos. É o estado "cumprindo a sua obrigação" diante de uma crise que ainda não se sabe o seu real tamanho e a dimensão dos impactos na perda de riqueza.

Portarias

PORTARIA Nº 67/09

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, **RESOLVE**: tornar sem efeito a Portaria nº 63/09, publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo do dia 18 de fevereiro do corrente ano.

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 19 de fevereiro de 2009.

Deputado **SEBASTIÃO RUFINO** Segundo Secretário

PORTARIA Nº 68/09

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Ofício nº 108432/2009, do Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, Deputado André Campos,

RESOLVE: lotar naquela Comissão, a servidora **JULIANA SALAZAR PEREIRA DA COSTA**, matrícula nº 504, do Quadro Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, atribuindo-lhe a gratificação de assessoramento, retroagindo a 1º de fevereiro do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.641/99.

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 19 de fevereiro de 2009

Deputado **SEBASTIÃO RUFINO**

Segundo Secretário

PORTARIA Nº 69/09

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 029/2009, do Deputado Henrique Queiroz,

RESOLVE: alterar a gratificação de Representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo a 1º de fevereiro do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
ANA KARANINA DE SOUSA SATURNINO	Assessor Especial/PL-ASC	120%	90,77%
DIOGO BORGES DAMÁSIO QUEIROZ	Assessor Especial/PL-ASC	117,37%	70%
JOSÉ LUIZ FREIRE MATHEUS	Assessor Especial/PL-ASC	120%	60%
MARIA JOSÉ DA SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	120%	60%
VALDEMIRO NERY DOS SANTOS	Assessor Especial/PL-ASC	120%	60%
WLANIA KARINA DE OLIVEIRA SANTOS	Assessor Especial/PL-ASC	120%	60%

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 19 de fevereiro de 2009.

Deputado **SEBASTIÃO RUFINO**

Segundo Secretário

PORTARIA Nº 01/09

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 0042009, do Deputado Aglaíson Júnior,

RESOLVE: lotar naquele Gabinete Parlamentar, o servidor **ANTÔNIO MACHADO MANÇO**, matrícula nº 0429, ora à disposição deste Poder, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro do corrente ano.

Sala Austro Costa, 19 de fevereiro de 2009

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA

Superintendente Geral

PORTARIA Nº 02/09

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 545384/2009 , do Deputado Coronel José Alves,

RESOLVE: lotar naquele Gabinete Parlamentar, a servidora **TEREZA CRISTINA NOGUEIRA MOTA**, matrícula nº 292, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, retroagindo a 1º de janeiro do corrente ano.

Sala Austro Costa, 19 de fevereiro de 2009

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA

Superintendente Geral

PORTARIA Nº 03/08

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 757909/2009 e Parecer da Procuradoria Geral nº 099/2009,

RESOLVE: Conceder a servidora **CLÉA PAULA FALCÃO PANTOJA**, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença prêmio, para gozo oportuno, correspondente ao 1º (primeiro) decênio, completado em 15 de janeiro de 2009, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 19 de fevereiro de 2009.

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA

Superintendente Geral

PORTARIA Nº 04/09

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 748587/2008 e Parecer da Procuradoria Geral nº 0929/2008

RESOLVE: Considerar licenciada para gozo de Licença Prêmio, no período de 02 (dois) meses, retroagindo seus efeitos ao dia 24 de novembro do corrente ano, a servidora **SÔNIA MARIA DE FRANÇA MATOS**, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 19 de fevereiro de 2009.

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA

Superintendente Geral

PORTARIA Nº 05/09

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 377454/2009, do Deputado André Campos,

RESOLVE: lotar naquele Gabinete Parlamentar, o servidor **JOSÉ CLÁUDIO GODOY E VASCONCELOS**, matrícula nº 624, ora à disposição deste Poder.

Sala Austro Costa, 19 de fevereiro de 2009

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA

Superintendente Geral

PORTARIA Nº 06/09

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 24/2009, do Deputado Guilherme Uchoa,

RESOLVE: fazer retornar à Prefeitura do Recife, a servidora **IVONETE FERREIRA DA SILVA**, ora à disposição deste Poder.

Sala Austro Costa, 19 de fevereiro de 2009

PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA

Superintendente Geral